



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Relatório da Avaliação Remota (mVAM) de Segurança Alimentar e Nutricional, Setembro 2020



Maputo, Dezembro de 2020



Análises realizadas pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional em coordenação com:



Título: Relatório da Avaliação Remota (mVAM) da Segurança Alimentar no País, Setembro de 2020

Editor: SECRETARIADO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Direcção Central:

Celmira da Silva, Secretária Executiva do SETSAN

António Pacheco Dias Lima, Director dos Serviços de Informação de SAN

Produção:

José João Vilanculo

Big Quezeasse Office

Revisão e Controlo de Qualidade:

Celmira da Silva

António Pacheco

Apoio Técnico

Dino Buene	FEWS NET
Lara Carrilho.....	PMA
Domingos Reane.....	PMA
Felicidade Pongwana...	FAO
Sérgio Regy.....	IPC ESA-OER
Joysee Rodrigues.....	IPC JRC EC
Manuel Veiga Lopez ..	IPC ESA-OER
Paulo Nforneh.....	IPC ESA-OER
Ângelo Pontes.....	World Vision
Manuel D. Lumbela....	ADRA

Colaboração:

Fernanda Simbine	SETSAN Central	Adassane Chidimbue...	DPAP Sofala
Vlademiro José Fo.....	SETSAN Central	Cosme Capecal.....	DPAP Manica
Agnaldo Cambaza.....	SETSAN Central	Gizela Brito.....	DPAP Tete
Perpetuo Maculuve	MADER	Isabel Oliveira.....	DPAP Zambézia
Sisenando Marcelino....	INGC	Felizmino Chicovela....	DPAP Nampula
Catia Namagina.....	SPAE Cidade Maputo	Avelino Silvério.....	SPAE Cabo Delgado
Francisco Nguenha	DPAP Maputo	Isilda Combo.....	DPAP Niassa
Clemencia Jaime.....	DPAP Gaza		
Augusto Massalongo.....	DPAP Inhambane		

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objectivo geral.....	1
1.2	Objectivos específicos	1
2.	METODOLOGIA	2
2.1	Fonte de Informação	3
2.2	Amostragem.....	3
3.	ANÁLISE DE DADOS	6
3.1	Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar no Agregado Familiar – Zona Rural	6
3.2	Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar no Agregado Familiar – Província de Cabo Delgado	6
3.3	Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar no Agregado Familiar - Zona Urbana.....	7
3.4	Posse de Reservas Alimentares nos Agregados Familiares – Zona Rural.....	8
3.5	Posse de Reservas Alimentares nos Agregados Familiares – Zona Urbana.....	8
3.6	Duração de Reservas de Cereais do Agregado Familiar – Zona Rural.....	9
3.7	Duração de Reservas de Cereais do Agregado Familiar – Zona Urbana.....	9
3.8	Impacto da COVID-19 no Agregado Familiar – Zona Rural	10
3.9	Impacto da COVID-19 no Agregado Familiar – Zona Urbana	10
3.10	Índice de Consumo Alimentar – Zona Rural	11
3.11	Índice de Consumo Alimentar – Zona Urbana	11
3.12	Estratégias de Sobrevivência relacionadas aos meios de Subsistência–Zona Urbana.....	12
3.13	Estratégias de Sobrevivência relacionadas aos meios de Subsistência–Zona Urbana.....	12
4.	RESULTADOS	13
4.1	SITUAÇÃO ACTUAL DE INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA (Outubro - Dezembro 2020).....	13
4.2	SITUAÇÃO PROJECTADA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA (Janeiro a Setembro de 2021)	16
4.2.1	Principais Premissas para o Período da Projeção	16
4.2.2	Situação Projectada de Insegurança Alimentar Aguda (Janeiro a Março 2021)	18
4.2.3	Situação Projectada de Insegurança Alimentar Aguda (Abril a Setembro 2021).....	21
5.	CONSTATAÇÕES	23
5.1	Área Rural.....	23
5.2	Zona Urbana.....	23
6.	CONCLUSÃO	26
7.	LIMITAÇÕES DA ANÁLISE	27
8.	RECOMENDAÇÕES	27
	ANEXOS	28
	Anexo1: Questionário AVASAN Remota 2020 - mVAM Segurança Alimentar	28
	Anexo2: Lista de Participantes na análise de Dados em IPC	35

1. INTRODUÇÃO

O Governo criou o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), através do Decreto nº. 24/2010, de 14 de Julho, com o mandato de garantir e coordenar a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional;

Como forma de elevar o nível de coordenação da SAN no país, o Governo aprovou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), através do Decreto nº. 69/2017, de 6 de Dezembro, um órgão multisectorial de consulta, presidido pelo Primeiro-Ministro, com as atribuições de promover e coordenar a tomada de decisão em matéria de Segurança Alimentar e Nutricional, passando o SETSAN a ser o Secretariado Executivo do CONSAN.

Desde abril de 2020, Moçambique estabeleceu medidas de prevenção de Emergência Fase 3, para a contenção da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), que assola o Mundo. Com a adopção destas medidas, a circulação de pessoas e bens foi restringida, não permitindo a realização das suas actividades, com vista a gerar renda e adquirir seus alimentos, onde, a maioria dos Agregados Familiares (AFs) depende da actividade agrícola, comércio informal e outras formas de actividades informais.

O SETSAN, como órgão coordenador da área de Segurança Alimentar e Nutricional no País, realizou entre os meses de Agosto e Setembro de 2020, uma Avaliação Remota da Segurança Alimentar Aguda no País, com apoio financeiro do Programa Mundial da Alimentação (PMA), com vista a providenciar informação actualizada sobre o ponto de situação de Insegurança Alimentar nos Agregados Familiares face aos choques que têm afectado o País incluindo a COVID-19.

Neste contexto, o Grupo Técnico de Análise de Vulnerabilidade, constituído por técnicos do SETSAN a nível Central e Provincial, técnicos das Instituições Membros do CONSAN, assim como parceiros de cooperação e desenvolvimento, tais como a FEWSNET/USAID, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (UN-FAO), Programa Mundial da Alimentar (UN-PMA), com apoio técnico da Unidade de Suporte Global do IPC (IPC-GSU) e do Conselho Conjunto de Pesquisa da Comunidade Europeia (EC-JRC), reuniu-se entre os dias 12 de Outubro a 5 de Novembro de 2020 para analisar os dados recolhidos, utilizando a plataforma videoconferência com suporte financeiro da FAO, ADRA e Visão Mundial, para evitar o contacto interpessoal.

1.1 Objectivo geral

- Actualizar o ponto de situação da Segurança Alimentar Aguda (SAA), nos meios rural e urbano no País.

1.2 Objectivos específicos

- Estimar a população actual e projectada na situação de insegurança alimentar aguda;

- Estimar o número de pessoas em insegurança alimentar aguda, face ao impacto da COVID-19
- Classificar os distritos em fases de insegurança alimentar aguda.

2. METODOLOGIA

O Grupo Técnico de Análise da Vulnerabilidade, coordenado pelo SETSAN, constituído por técnicos acima referidos, reuniu-se entre os dias 12 de Outubro a 5 de Novembro de 2020 para analisar dados sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), recolhidos nos meses de Agosto e Setembro de 2020 via telefone (mVAM-Análise de Vulnerabilidade e Mapeamento móvel), em 11 províncias, 10 distritos e 12 cidades cobrindo uma amostra de 6411 Agregados Familiares.

Para a concretização deste exercício, o Grupo de Análise da Vulnerabilidade do SETSAN, usou a Plataforma Vídeokonferência, com vista a evitar o contacto interpessoal, face as medidas de prevenção da Pandemia do Corononavírus (COVID-19).

A análise da Insegurança Alimentar Aguda em Protocolos de IPC, foi conduzida em dois períodos: O período atual (Outubro - Dezembro de 2020), baseado principalmente nos dados da Avaliação Nacional de Segurança Alimentar via telefone (mVAM), juntamente com outras fontes de dados secundários.

O período de projeção (Janeiro–Março e Abril-Setembro de 2021), foi baseado nos dados sobre as previsões climáticas, projeções de preços da FEWS NET, estimativas do número de deslocados internos do Plano de Contigência do Conselho de Ministros, etc.

IPC é um conjunto de ferramentas e procedimentos usados para classificar a gravidade e as características de crises alimentares e de nutrição agudas, bem como a insegurança alimentar crónica, com base em padrões internacionais. IPC compreende quatro funções que se reforçam mutuamente, cada uma com um conjunto de protocolos específicos (ferramentas e procedimentos). Os parâmetros nucleares da IPC incluem a busca de consenso, a convergência da evidência, a responsabilização, a transparência e a comparabilidade. A análise IPC visa fundamentar a resposta de emergência, bem como as políticas e programas de segurança alimentar a médio e longo prazo.

Para a IPC, define-se **Insegurança Alimentar Aguda** como qualquer manifestação de insegurança alimentar encontrada numa determinada área e num determinado momento, com um nível de gravidade que ameaça vidas ou os meios de subsistência, ou ambos, independentemente das causas, do contexto ou da duração. É bastante susceptível à mudança e pode ocorrer e manifestar-se no seio de uma população dentro de um curto período de tempo, como resultado de mudanças ou choques súbitos que afectam negativamente os factores determinantes da insegurança alimentar.

2.1 Fonte de Informação

Em condições normais, o SETSAN e parceiros recolhem informação primária e actualizada a nível dos Agregados Familiares, mas no contexto do Covid-19, não foi possível em comprimento das medidas de prevenção da pandemia.

As principais fontes de informação usadas para realizar a presente análise foram as seguintes:

A Classificação da **Desnutrição Aguda** no âmbito da IPC apresenta informação sobre a gravidade da desnutrição aguda, destaca os principais factores que contribuem para a desnutrição aguda, e proporcionam conhecimento accionável consolidando evidências amplas sobre a desnutrição aguda e os factores causadores.

- Inquérito por telefone (Mvam) ao AFs, conduzido pelo SETSAN e PMA em Agosto e Setembro de 2020 em todo o país;
- Calendário Sazonal da FEWS NET 2020, com informações sobre a precipitação e projecção de preços de Milho no mercado de Gorongosa, de referência Nacional;
- Preços do Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA), o qual proporcionou informação tanto de preços históricos como actuais de produtos alimentares básicos nos mercados do País;
- Relatórios do Balanço do PES 2020, dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAEs) e Direcções Provinciais de Agricultura e Pescas (DPAPs), com estimativas de produção para diferentes culturas;
- Número de deslocados internos do plano de contingências para época 2020/2021 do governo de Moçambique;
- Número da População do Censo 2017 do Instituto Nacional de Estatística, que disponibilizou dados sobre a população dos distritos avaliados que serviu de base para as projecções efectuadas.

2.2 Amostragem

2.2.1 Processo de amostragem

A amostra para a presente avaliação, foi desenhada pela FAO/IPC-GSU com vista a atender os requisitos mínimos que permitem com que os dados sejam analisados com base nos protocolos da Classificação Integrada da Insegurança Alimentar em Fases (IPC).

Foram definidas como unidades de amostragem as províncias, distritos afectados por choques e cidades, cobrindo um total de 6.411 Agregados Familiares, seleccionados aleatoriamente (***Tabela-1 a seguir***).

Tabela-1: Amostra para mVAM (Agosto – Outubro)

ÁREAS	Nr. dos AFs Inquiridos
C. CABO_CONFLICT	161
C. CABO_RURAL	90
GAZA_RURAL	723
INHAMBANE_RURAL	694
MANICA_RURAL	438
MAPUTO_RURAL	241
NAMPULA_RURAL	133
NIASSA_RURAL	135
SOFALA_RURAL	624
TETE_RURAL	153
ZAMBEZIA_RURAL	137
CIDADE_BEIRA	293
CIDADE_CHIMOIO	220
CIDADE_INHAMBANE	140
CIDADE_LICHINGA	190
CIDADE_MAPUTO	350
CIDADE_MATOLA	300
CIDADE_MAXIXE	149
CIDADE_NAMPULA	269
CIDADE_PEMBA	304
CIDADE_QUELIMANE	201
CIDADE_TETE	200
CIDADE_XAI XAI	266
Total	6411

Em primeiro lugar foram seleccionados aleatoriamente os distritos para análise, em segundo lugar as zonas rurais de cada distrito, onde foram seleccionados 27 a 90 AFs para entrevistas, usando chamadas telefónicas e 200 AFs para as zonas urbanas. O processo de selecção dos números de telefone dos AFs inqueridos foi feita pela Empresa Geopoll aplicando o Método de Amostragem Aleatória Simples Sem Repetição (AASSR).

A Geopoll é uma empresa sediada nos Estados Unidos da América (EUA) que trabalha com PMA Moçambique desde 2013, obtém estes números através das operadoras moçambicanas da rede de telefonia móvel, com indicação de percentagem de números de telefones por cada uma das 3 operadoras de acordo com a **tabela-2 a seguir**. A Geopoll trabalha com uma empresa Moçambicana, a CS Research, que tem uma equipa de operadores com domínio de várias línguas locais que fazem as chamadas telefónicas.

Tabela-2: Percentagem de números de telefones por operadora e zona

Operador	% para Zona Rural	% para Zona Urbana
MOVITEL	70	20
VODACOM	25	50
TMCEL	5	30

2.2.2 Treinamento dos operadores

O SETSAN e o PMA, participaram no processo de treinamento de operadores contratados pela CS Research que teve lugar na primeira quinzena de Agosto. Para garantir a qualidade dos dados, a formação foi presencial, observando as normas de prevenção no contexto do COVID-19.

2.2.3 Recolha de dados

A Metodologia de recolha de dados utilizada foi o Sistema de Monitoria Remota de dados do PMA, com Entrevistas ao Telefone (mVAM-Análise de Vulnerabilidade e Mapeamento móvel). As chamadas telefónicas foram feitas pela empresa Moçambicana CS, com uma central telefónica em Maputo, contratada pela empresa Geopoll, usando linguas nacionais, com financiamento do PMA.

2.2.4 Instrumento de recolha de dado

O instrumento aplicado para a recolha de dados aos agregados familiares foi o questionário, elaborado pelo Grupo Técnico de Análise de Vulnerabilidade, para entrevistas de 15 minutos, convertidos para versão ODK instalado em tablets, com os seguintes indicadores:

Principais Indicadores colhidos	Outros indicadores adicionados
• Demografia; • Fontes de rendimento; • Choques; • Consumo alimentar; • Estratégias de sobrevivência relacionados com comida; • Estratégias de sobrevivência relacionados com formas de vida/meios de subsistência; • Diversidade de dieta mínima de mulheres em idade reprodutiva.	• Nível de escolaridade do chefe do AF; • Acesso a água, latrina, electricidade; • Emprego; • Remessas; • Demografia- retornados de países vizinhos; • Doenças no AF; e • Outros.

3. ANÁLISE DE DADOS

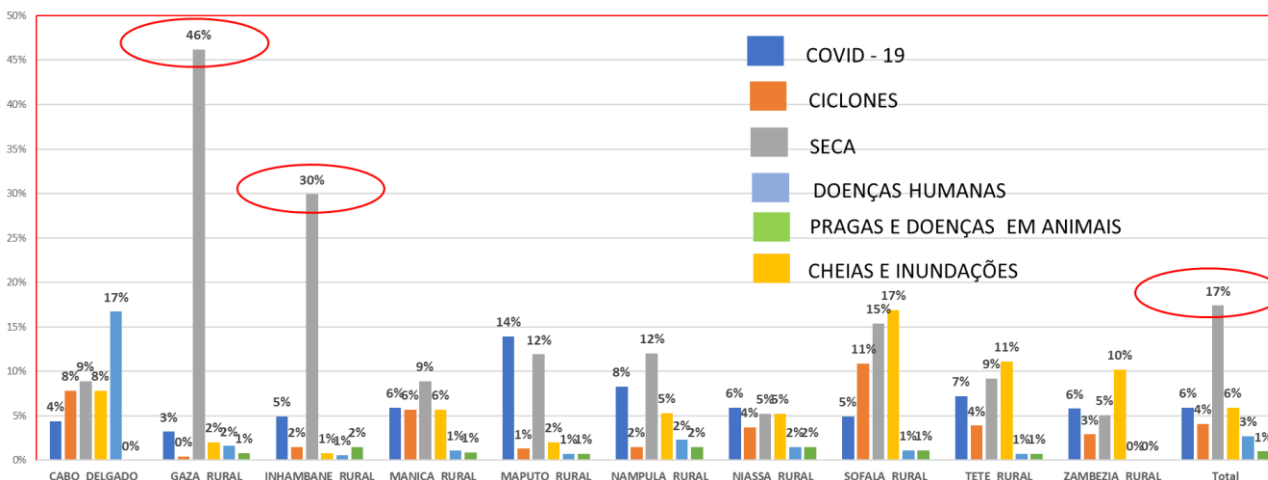
A análise de dados seguiu os seguintes passos:

- Análise de choques que influenciaram o estado da Segurança Alimentar do Agregado Familiar;
- Análise sobre a posse de reservas alimentares no Agregado Familiar;
- Análise da duração de reservas de cereais do Agregado Familiar;
- Análise do Índice de Consumo Alimentar do Agregado Familiar;
- Análise do Impacto da COVID-19 no Agregado Familiar

3.1 Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar no Agregado Familiar – Zona Rural

No País os choques que tiveram mais impactos na Segurança Alimentar segundo o **Gráfico-1** a seguir, foram a seca principalmente nas províncias de Gaza e Inhambane, cheias e inundações principalmente nas províncias de Sofala, Zambézia e Tete e ainda doenças como COVID-19, desnutrição aguda, cólera, diarreia etc.

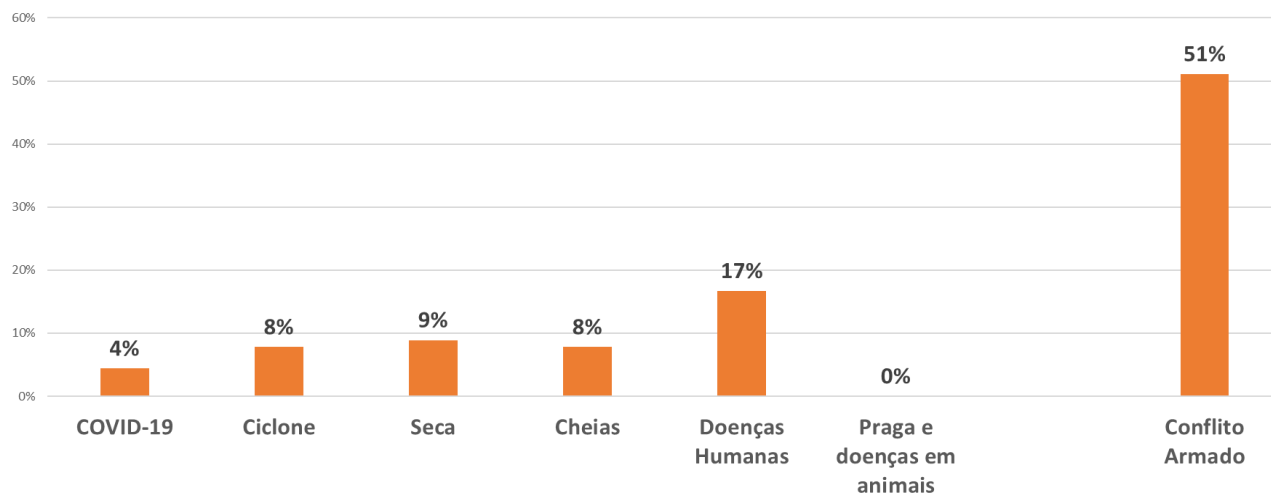
Gráfico-1: Choques – Zona Rural



3.2 Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar no Agregado Familiar – Província de Cabo Delgado

Na província de Cabo Delgado os choques que tiveram mais impacto na segurança alimentar são a acção do conflito armado (terroristas), doenças em humanos como a desnutrição aguda, cólera, diarreia e desastres naturais como a seca e os ciclones (**Gráfico-2 a seguir**).

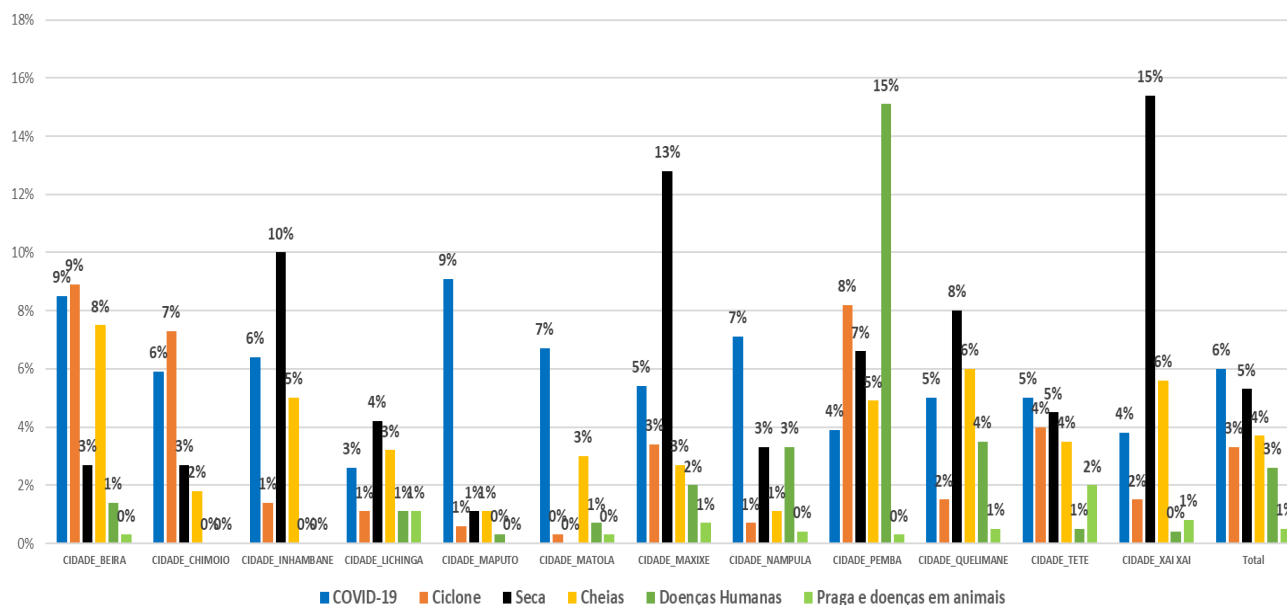
Gráfico-2: Choques – Cabo Delgado.



3.3 Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar no Agregado Familiar - Zona Urbana

O **Gráfico-3** a seguir mostra que nas zonas urbanas os choques que tiveram mais impactos na segurança alimentar nos agregados familiares são, a COVID-19 e a seca. Na cidade de Pemba, os principais choques continuam o conflito armado (terroristas) e doenças diversas como desnutrição aguda, cólera, diarreia etc.

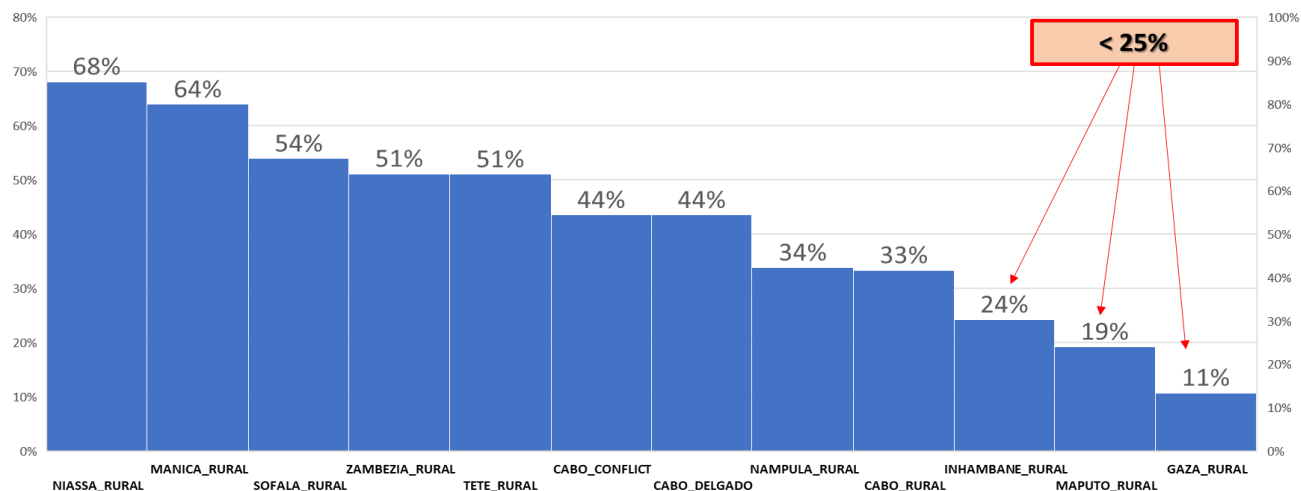
Gráfico-3: Choques – Zona Urbana



3.4 Posse de Reservas Alimentares nos Agregados Familiares – Zona Rural

Segundo o **Gráfico-4** a seguir, a zona Sul do País possui menos de 25% dos agregados familiares que referiram ter reservas de cereais; na província de Gaza apenas 11% de agregados familiares afirmou ter reservas de cereais.

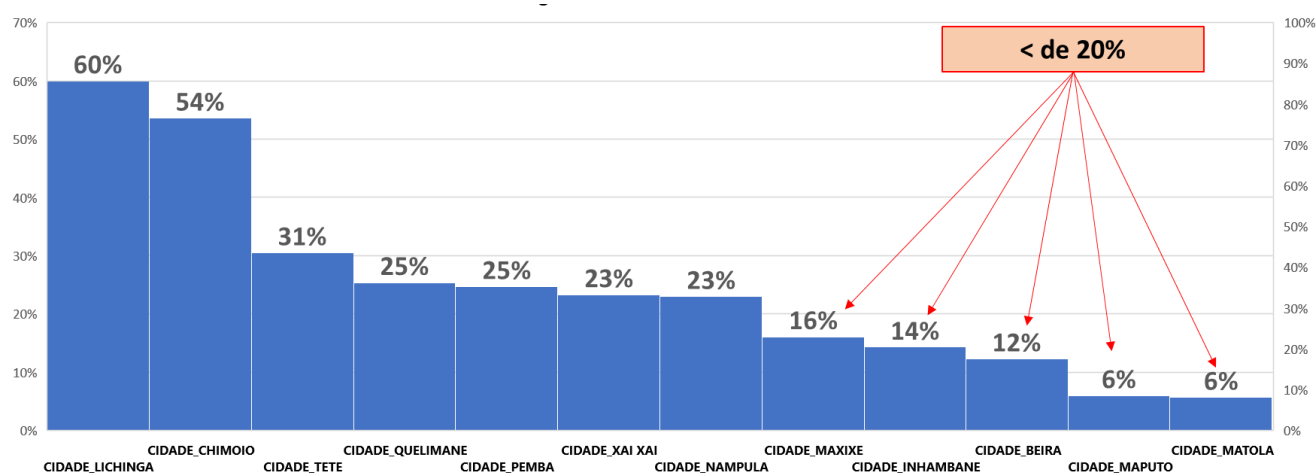
Gráfico-4: Posse de reservas de Cereais – Zona Rural



3.5 Posse de Reservas Alimentares nos Agregados Familiares – Zona Urbana

Segundo o **Gráfico-5** a seguir, a nível urbano as cidades de Maxixe, Inhambane, Beira, Maputo e Matola, são as que menor percentagem de agregados familiares possuíam reservas alimentares.

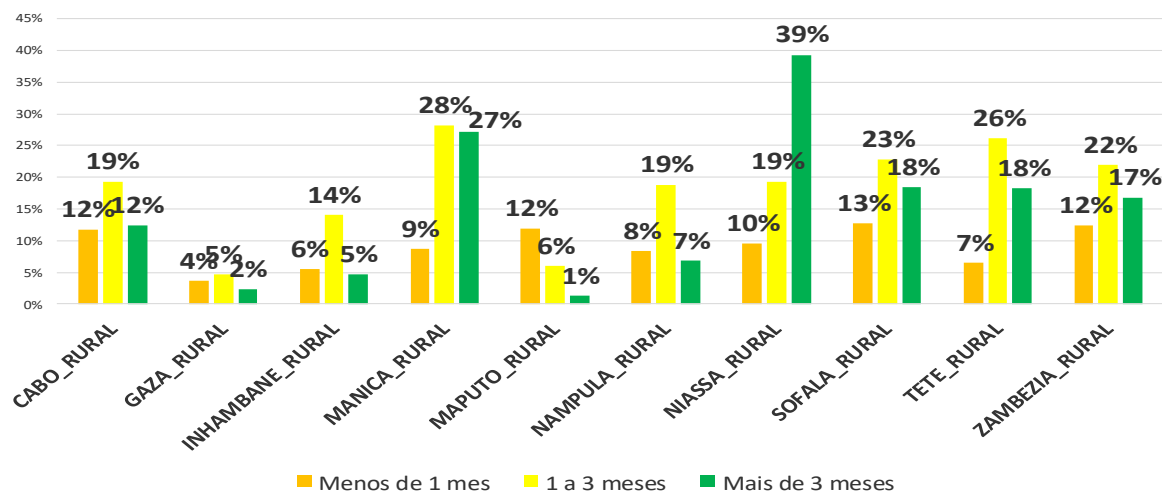
Gráfico-5: Posse de reservas de Cereais – Zona Urbana



3.6 Duração de Reservas de Cereais do Agregado Familiar – Zona Rural

Em relação a duração de reservas de cereais, o **Gráfico-6** a seguir mostra que as províncias do sul do país continuam a apresentar menor percentagem de agregados familiares com reservas que possam durar mais de 3 meses.

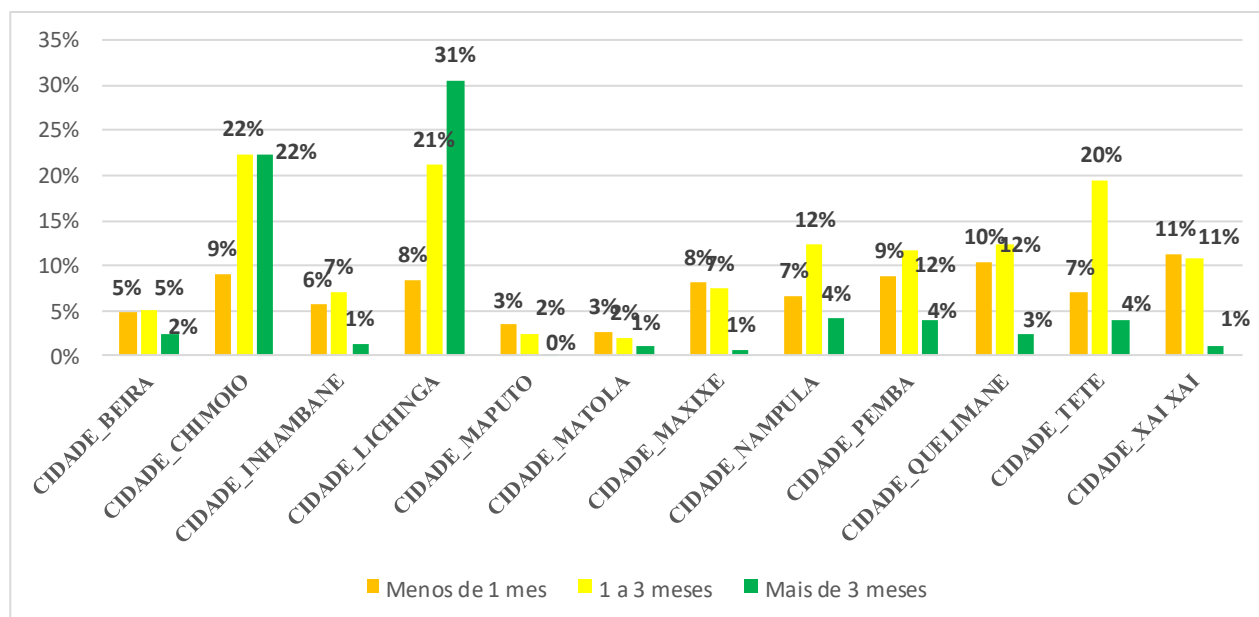
Gráfico-6: Duração de Cereais – Zona Rural



3.7 Duração de Reservas de Cereais do Agregado Familiar – Zona Urbana

Em relação a duração de reservas de cereais, o **Gráfico-7** a seguir mostra que apenas as cidades de Chimoio e Lichinga, é que apresentaram maior percentagem de agregados familiares com reservas que possam durar mais de 3 meses.

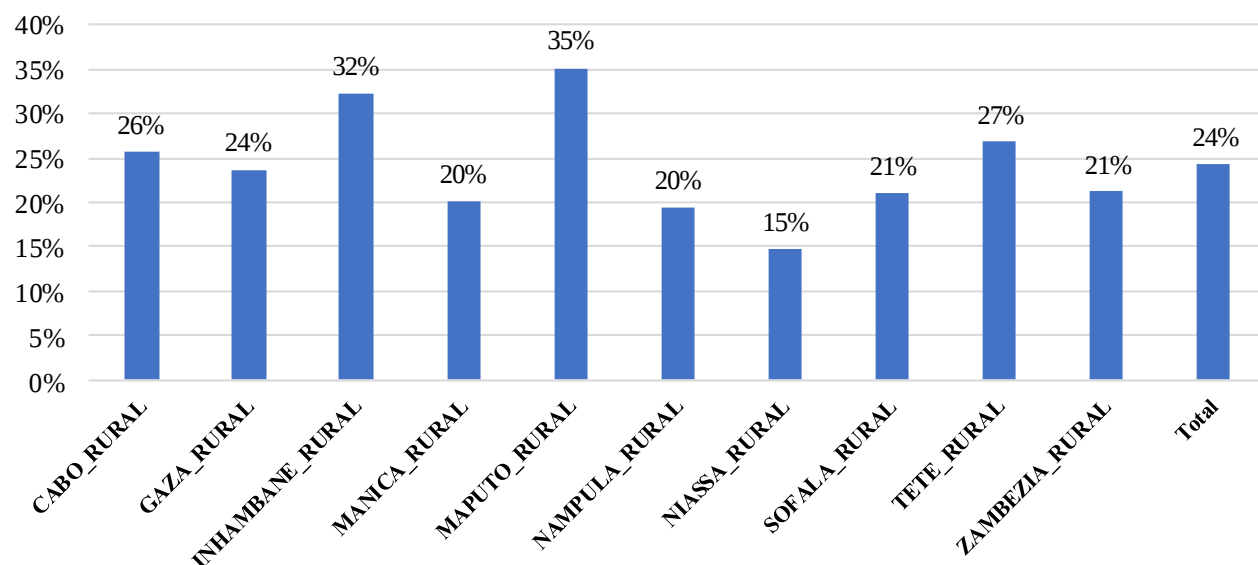
Gráfico-7: Duração de Cereais – Zona Urbana



3.8 Impacto da COVID-19 no Agregado Familiar – Zona Rural

De forma geral, o **Gráfico-8** a seguir, mostra que no País, cerca de 24% dos Agregados Familiares perderam suas fontes de rendimento nas zonas rurais devido as medidas de restrição da COVID-19 desde Março de 2020, sendo as províncias de Maputo, Inhambane, Tete e Cabo Delgado, com maior número de agregados familiares que perderam suas fontes de renda devido as medidas de restrição da COVID-19.

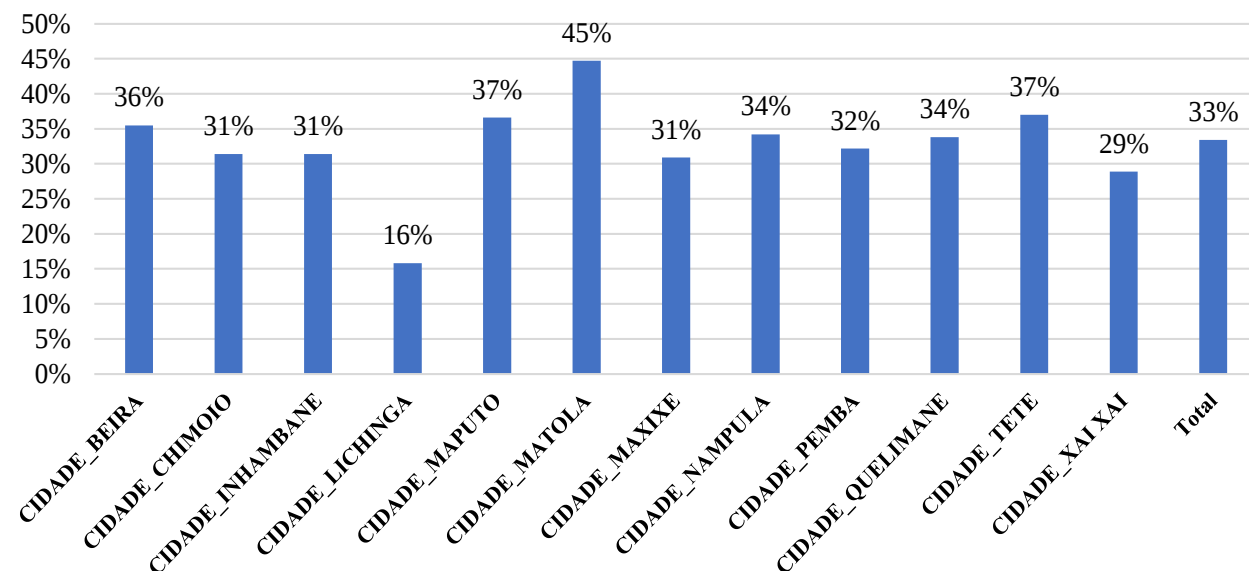
Gráfico-8: Impacto da COVID-19 – Zona Urbana



3.9 Impacto da COVID-19 no Agregado Familiar – Zona Urbana

O **Gráfico-9** a baixo, indica que em média, cerca de 33% dos agregados familiares perderam alguma fonte de rendimento devido aos impactos de covid-19, com destaque para as cidades de Matola, Maputo, Tete e Beira.

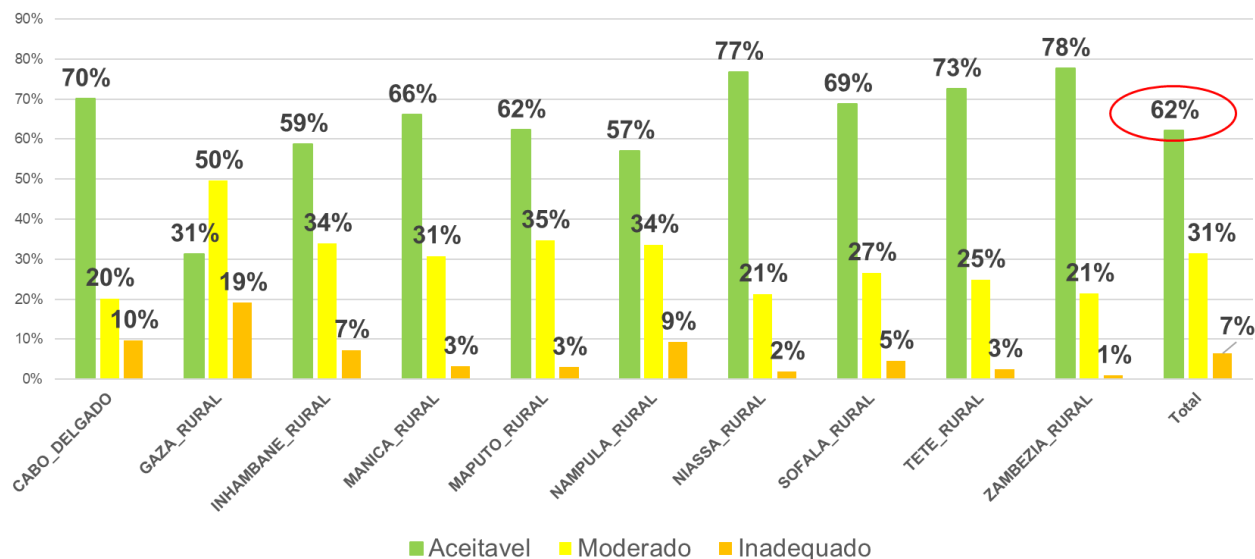
Gráfico-9: Impacto da COVID-19 – Zona Urbana



3.10 Índice de Consumo Alimentar – Zona Rural

No geral, cerca de 62% dos AFs tem um índice de **consumo alimentar aceitável**, 31% tem um índice de consumo alimentar moderado e 7% tem índice de consumo alimentar inadequado. As províncias de Gaza e Cabo Delgado têm os piores índices de consumo alimentar com 19% e 10% respetivamente indicativos de fase 4 de emergência em IPC, (**Gráfico-10**).

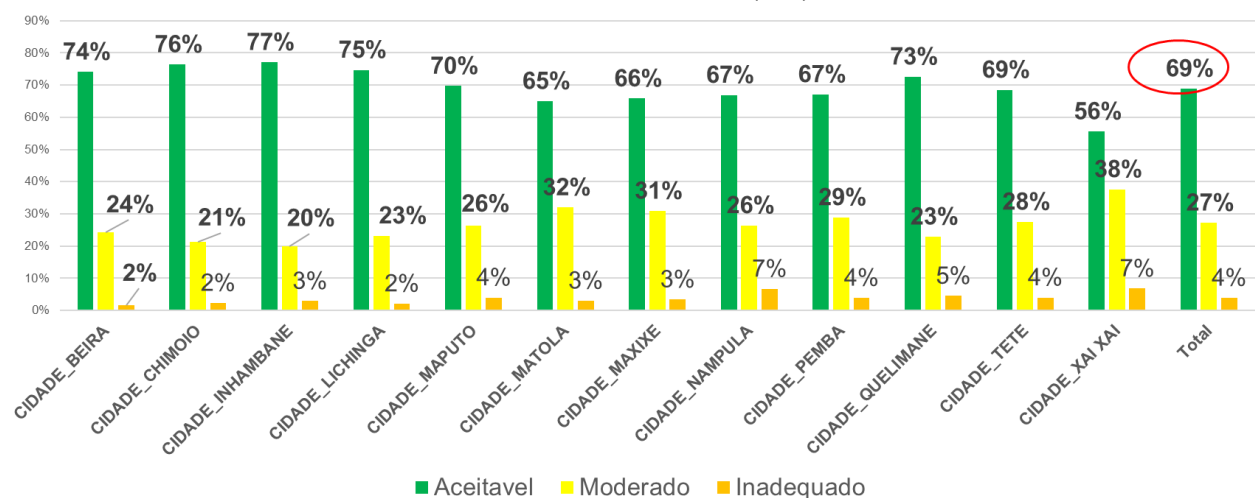
Gráfico-10: Índice do Consumo Alimentar – Zona Rural



3.11 Índice de Consumo Alimentar – Zona Urbana

De acordo com o **Gráfico-9** a seguir, na área urbana cerca de 69% dos AFs tem consumo alimentar aceitável, 27% tem consumo alimentar moderado e 4% tem consumo alimentar inadequado. Com destaque para a cidade de Xai-Xai na província de Gaza, com pior consumo alimentar de 38% de AFs com consumo moderado e 7% com consumo inadequado.

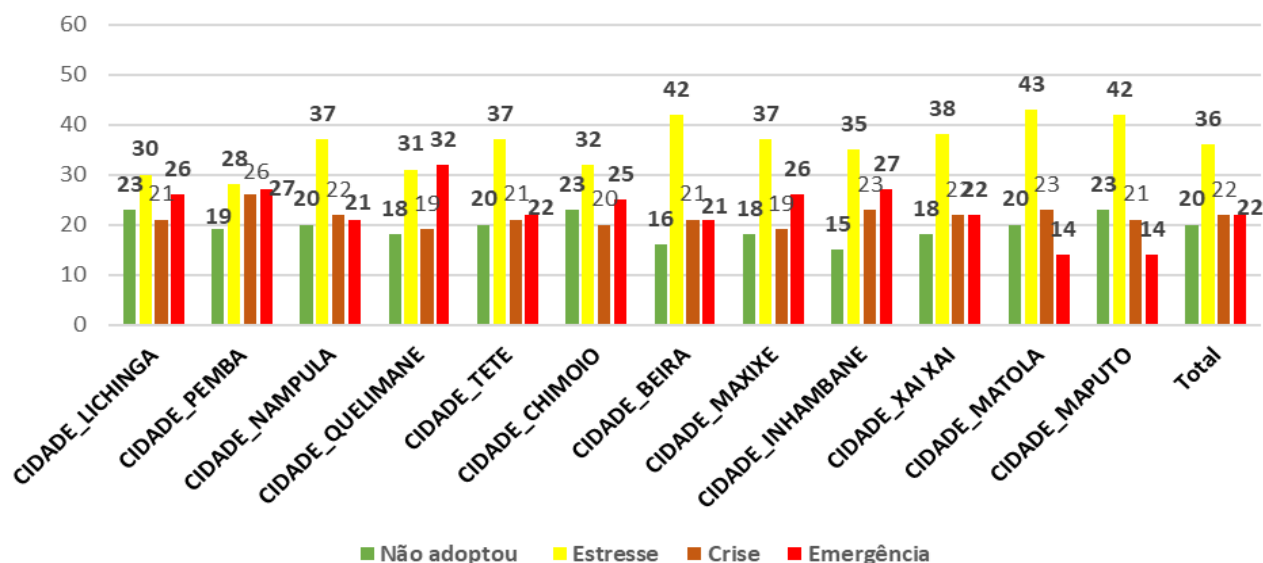
Gráfico-9: Índice do Consumo Alimentar – Zona Urbana



3.12 Estratégias de Sobrevivência relacionadas aos meios de Subsistência–Zona Urbana

O *Gráfico-10* a seguir, mostra que em gerar cerca de 42% dos AFs na zona urbana, adoptou estratégias de sobrevivência de Estresse, com destaque para a cidade de Matola com cerca de 43%.

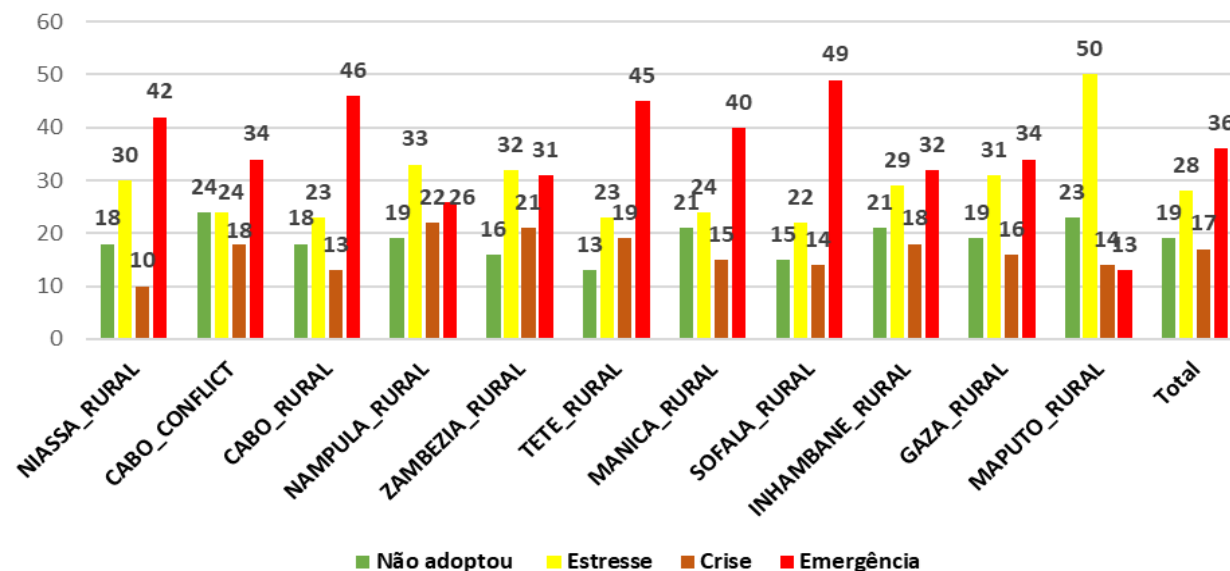
Gráfico-10: Estratégias de Sobrevivência relacionadas aos meios de Subsistência–Zona Urbana



3.13 Estratégias de Sobrevivência relacionadas aos meios de Subsistência–Zona Rural

De acordo com o *Gráfico-11* a seguir, na zona rural cerca de 36% dos AFs adoptou estratégias de sobrevivência de Emergência, com destaque para a província de Sofala com cerca de 49%.

Gráfico-11: Estratégias de Sobrevivência relacionadas aos meios de Subsistência–Zona Rural



4. RESULTADOS

4.1 SITUAÇÃO ACTUAL DE INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA (Outubro - Dezembro 2020)

De Outubro a Dezembro de 2020, estimava-se que 2.67 milhões de pessoas (15% da população) enfrentavam altos níveis de insegurança alimentar aguda (IPC Fase 3 ou superior). Isso incluiu cerca de 305.930 pessoas classificadas em Emergência (IPC Fase 4) e outros 2.364.785 milhões de pessoas classificadas em Crise (IPC Fase 3) em todo o país (*Tabela-3, 4 e Mapa-1 a seguir*).

Essas pessoas precisam de acção urgente para reduzir as lacunas no consumo de alimentos, para proteger e/ou salvar meios de subsistência e reduzir o risco de desnutrição aguda ou o risco de mortalidade devido à desnutrição aguda.

O período actual, correspondente ao início da época de escassez em todo o país. Das 33 áreas analisadas, as 13 rurais (distritos das províncias de Cabo Delgado, Tete, Inhambane e Gaza) e uma cidade (cidade de Pemba), foram classificadas em Crise (IPC Fase 3). As 19 áreas restantes (8 rurais e 11 urbanas) foram classificadas em Estresse (IPC Fase 2).

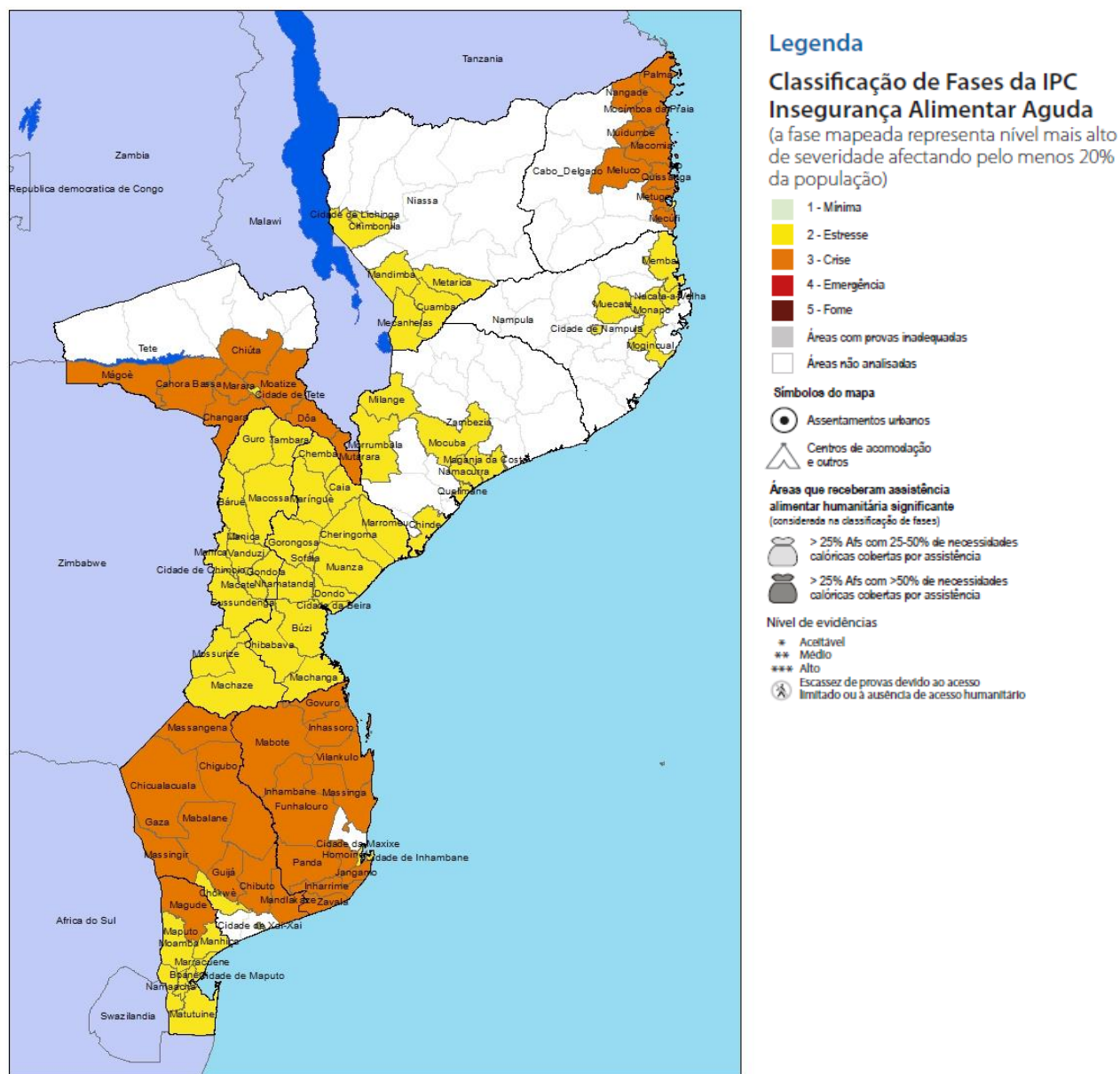
Tabela-3: Classificação da Insegurança alimentar aguda actual (Outubro 2020 - Dezembro 2020)

Fase 5	000 000 Pessoas em Catastrofe
Fase 4	305.930 Pessoas em Emergencia
Fase 3	2.364.785 Pessoas em Crise
Fase 2	8.775.562 Pessoas em estresse
Fase 1	6.696.793 Pessoas em insegurança alimentar mínima

Tabela-4: População em Insegurança Alimentar Aguda para o período actual (Outubro - Dezembro 2020)

Provincia	Unidade de análise	Fase de Área	População total da área	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Fase 4		Fase 5		Fase 3 e superior	
				#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Cabo Delgado	Cabo Delgado (Conflito afetado)	3	341,836	51,275	15	136,734	40	119,643	35	34,184	10	-	-	153,827	45
	Cabo Delgado (Nao Afectado)	3	1,726,170	517,851	30	863,085	50	258,926	15	86,309	5	-	-	345,235	20
	Cidade de Pemba	3	200,529	60,159	30	60,159	30	60,159	30	20,053	10	-	-	80,212	40
	Total		2,268,535	629,285	28	1,059,978	47	438,727	19	140,545	6	-	-	579,272	25
	Chibuto	3	217,155	54,289	25	97,720	45	65,147	30	-	-	-	-	65,147	30
	Chókwè	2	217,019	65,106	30	119,360	55	32,553	15	-	-	-	-	32,553	15
	Cidade de Xai-Xai	2	141,963	42,589	30	78,080	55	21,294	15	-	-	-	-	21,294	15
Gaza	Gaza Prov	3	146,120	21,918	15	58,448	40	43,836	30	21,918	15	-	-	65,754	45
	Guijá	3	92,225	23,056	25	27,668	30	36,890	40	4,611	5	-	-	41,501	45
	Mandlakaze	3	137,068	27,414	20	61,681	45	41,120	30	6,853	5	-	-	47,973	35
	Total		951,550	234,371	25	442,956	47	240,840	25	33,383	4	-	-	274,223	29
	Cidade de Inhambane	3	82,119	24,636	30	36,954	45	16,424	20	4,106	5	-	-	20,530	25
	Cidade de Maxixe	3	129,993	38,998	30	64,997	50	12,999	10	12,999	10	-	-	25,998	20
Inhambane	Inhambane Prov	3	824,805	288,682	35	371,162	45	123,721	15	41,240	5	-	-	164,961	20
	Massinga	3	236,939	82,929	35	106,623	45	23,694	10	23,694	10	-	-	47,388	20
	Panda	3	43,968	10,992	25	13,190	30	13,190	30	6,595	15	-	-	19,785	45
	Total		1,317,824	446,236	34	592,925	45	190,028	14	88,635	7	-	-	278,663	21
Manica	Cidade de Chimoio	2	363,336	145,334	40	199,835	55	18,167	5	-	-	-	-	18,167	5
	Manica Prov	2	1,488,595	521,008	35	818,727	55	148,860	10	-	-	-	-	148,860	10
	Total		1,851,931	666,343	36	1,018,562	55	167,026	9	-	-	-	-	167,026	9
Maputo	Cidade de Matola	2	1,032,197	412,879	40	454,167	44	165,152	16	-	-	-	-	165,152	16
	Magude	3	62,297	18,689	30	18,689	30	24,919	40	-	-	-	-	24,919	40
	Maputo Prov	2	813,584	325,434	40	406,792	50	81,358	10	-	-	-	-	81,358	10
	Total		1,908,078	757,002	40	879,648	46	271,429	14	-	-	-	-	271,429	14
Maputo City	cidade de Maputo	2	1,080,277	248,464	23	648,166	60	183,647	17	-	-	-	-	183,647	17
	Total		1,080,277	248,464	23	648,166	60	183,647	17	-	-	-	-	183,647	17
Nampula	Cidade de Nampula	2	760,214	342,096	45	342,096	45	76,021	10	-	-	-	-	76,021	10
	Nampula Prov	2	1,076,456	484,405	45	538,228	50	53,823	5	-	-	-	-	53,823	5
	Total		1,836,670	826,502	45	880,324	48	129,844	7	-	-	-	-	129,844	7
Niassa	Cidade de Lichinga	2	242,204	108,992	45	108,992	45	24,220	10	-	-	-	-	24,220	10
	Niassa Prov	2	867,332	346,933	40	390,299	45	86,733	10	43,367	5	-	-	130,100	15
	Total		1,109,536	455,925	41	499,291	45	110,954	10	43,367	4	-	-	154,321	14
Sofala	Búzi	2	177,415	39,697	20	129,015	65	29,773	15	-	-	-	-	29,773	15
	Cidade de Beira	2	592,090	236,836	40	266,441	45	88,814	15	-	-	-	-	88,814	15
	Dondo	2	193,382	67,684	35	96,691	50	29,007	15	-	-	-	-	29,007	15
	Nhamatanda	2	279,081	111,632	40	139,541	50	27,908	10	-	-	-	-	27,908	10
	Sofala Prov	2	954,877	381,951	40	477,439	50	95,488	10	-	-	-	-	95,488	10
	Total		2,196,845	834,801	38	1,098,423	50	263,621	12	-	-	-	-	270,989	12
Tete	Cidade de Tete	2	307,338	122,935	40	153,669	50	30,734	10	-	-	-	-	30,734	10
	Tete Prov	3	1,031,460	412,584	40	412,584	40	206,292	20	-	-	-	-	206,292	20
	Total		1,338,798	535,519	40	566,253	42	237,026	18	-	-	-	-	237,026	18
Zambezia	Cidade de Quelimane	2	349,842	192,413	55	122,445	35	34,984	10	-	-	-	-	34,984	10
	Zambezia Prov	2	1,933,183	869,932	45	966,592	50	96,659	5	-	-	-	-	96,659	5
	Total		2,283,025	1,062,345	47	1,089,036	48	131,643	6	-	-	-	-	131,643	6
Total geral			18,143,069	6,696,793	37	8,775,562	48	2,364,785	13	305,930	2	-	-	2,670,715	15

Mapa-1: Período Actual da Insegurança Alimentar Aguda (Outubro – Dezembro 2020)



4.2 SITUAÇÃO PROJECTADA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA (Janeiro a Setembro de 2021)

4.2.1 Principais Premissas para o Período da Projeção

As previsões disponíveis através do USGS e NOAA indicam que as condições do La Niña provavelmente continuarão na primavera de 2021. Com base nesses fatores climáticos, espera-se precipitação média acumulada de Outubro de 2020 a Março de 2021 e um número quase médio de colisões de ciclones até Março de 2021.

Espera-se que o abastecimento nacional de água seja de médio ou acima da média. Rios e represas em todo o país serão bem abastecidos em níveis médios ou acima da média, excepto na região sul que devido a prevalência de seca em três anos consecutivos, as represas podem não atingir os níveis típicos de enchimento. Portanto, a probabilidade de ocorrência de inundações durante o período do cenário é de média ou acima da média.

Condições de cultivo favoráveis são esperadas nas áreas de produção primária para a campanha agrícola 2020/2021, o que pode resultar em uma melhoria gradual nos resultados de segurança alimentar de Abril a Setembro de 2021.

Espera-se que os fluxos comerciais de alimentos básicos ocorram normalmente, mas em volumes abaixo da média ao longo de algumas rotas nas regiões centro e sul, devido a redução da produção agrícola na campanha agrícola 2019/2020. Como é típico, os mercados das regiões centro e norte serão abastecidos principalmente por grãos de milho de distritos locais ou próximos. Em algumas partes de Cabo Delgado, o fluxo de produtos alimentares será limitado devido ao conflito armado. Embora os preços dos produtos importados e processados, como arroz e farinha de milho, podem permanecer mais estáveis do que os preços do grão do milho. Contudo, haverá variações de curto prazo com base na oferta localizada e na dinâmica da demanda.

Espera-se que o comércio informal transfronteiriço com a África do Sul e Malawi fique abaixo da média, devido às medidas de contenção do COVID-19 que restringem os movimentos migratórios.

Prevê-se que os preços do grão de milho no mercado nacional de referência (Gorongosa), aumentem gradualmente, atingindo o pico em Janeiro/Fevereiro de 2021 de acordo com as projeções da FEWS NET. Os preços poderão permanecer 30% e 15% acima da média de cinco anos anteriores e dos preços do ano passado, respectivamente. Para a farinha de milho e arroz, os preços poderão permanecer relativamente estáveis ao longo de todo o período da projecção.

Antes do início das chuvas, espera-se que o pasto para pastagem permaneça abaixo da média na região sul e em partes da região centro. Com o início da estação chuvosa, espera-se que a pastagem melhore gradualmente até os níveis normais.

Os preços do gado provavelmente ficarão próximos da média devido às condições corporais médias esperadas dos animais. Prevê-se ainda que os preços do gado nas áreas semiáridas do sul e em

partes de Tete, estejam acima da média devido as vendas atipicamente baixas de gado causadas por surtos de febre aftosa no norte da província de Tete e no sul de Moçambique.

A disponibilidade de alimentos silvestres permanecerá abaixo da média até o início das chuvas, particularmente nas áreas semiáridas do Sul, mas retornará à disponibilidade quase normal de dezembro de 2020 a Maio de 2021. A disponibilidade de alimentos verdes poderá ser próxima do normal ao longo do país.

Com base nas informações disponíveis, a pandemia da COVID-19 poderá continuar durante o período de projecção. No qual se espera que os incidentes de transmissão na comunidade aumentem, particularmente nas áreas urbanas e periurbanas. Embora nas áreas rurais os impactos sejam mínimos, um provável aumento de casos de COVID-19 poderá afetar a renda obtida com a venda de gado e bens para famílias médias e ricas, devido ao poder de compra reduzido nas áreas urbanas.

Nas áreas urbanas e periurbanas, no primeiro período de projeção espera-se que as rendas familiares pobres de negócios formais e informais continuem a ser drasticamente reduzidas e o desemprego continue alto devido aos impactos da medida de controlo da COVID-19 sobre a atividade econômica.

No segundo período de projeção nas áreas urbanas e periurbanas espera-se que haja retoma considerável da economia sobretudo no sector formal e informal, reduzindo o número de agregados familiares afectados pelas medidas do COVID-19 e pela possível descoberta da Vacina contra o vírus da COVID-19.

Nas áreas rurais, espera-se que as oportunidades de trabalho agrícola sejam normais em todo o país. No entanto, nas áreas afetadas por choques, espera-se que as famílias pobres recebam seus salários após a colheita em espécie, dinheiro e outras modalidades de pagamento. De facto, de Outubro de 2020 a Abril de 2021, é provável que a migração para os centros urbanos em Moçambique diminua, visto que a maioria das famílias rurais está envolvida em atividades agrícolas.

No norte e centro de Moçambique, os conflitos em curso são susceptíveis de interromper o início das actividades agrícolas nas áreas afectadas. Neste contexto, espera-se que a insegurança alimentar e nutricional persista em algumas zonas do norte de Cabo Delgado e, um número maior de famílias provavelmente será deslocada durante o período de projecção.

No curto prazo, algumas famílias estão contando com o apoio de parentes em áreas mais seguras, mas isso, pode não durar nos níveis atuais durante o período de projecção, devido à falta de capacidade de suporte. As famílias que perdem apoio familiar, poderão contar com assistência alimentar humanitária.

4.2.2 Situação Projectada de Insegurança Alimentar Aguda (Janeiro a Março 2021)

Durante o período de análise da primeira projeção (Janeiro a Março de 2021), correspondente ao pico do período de escassez, a população total que enfrenta altos níveis de insegurança alimentar aguda (IPC Fase 3 ou superior) estima-se que aumente de 2,670,715 para 2,917,217 (16% da população analisada) até Março de 2021 (*Tabela-5, 6 e Mapa-2 a seguir*). Isso mostra um aumento de 1% no número de pessoas que enfrentam altos níveis de insegurança alimentar aguda desde o período atual até o período de projeção. O número de áreas classificadas em situação de Crise (IPC Fase 3) poderá aumentar de Catorze para Quinze, com a adição do distrito de Dondo.

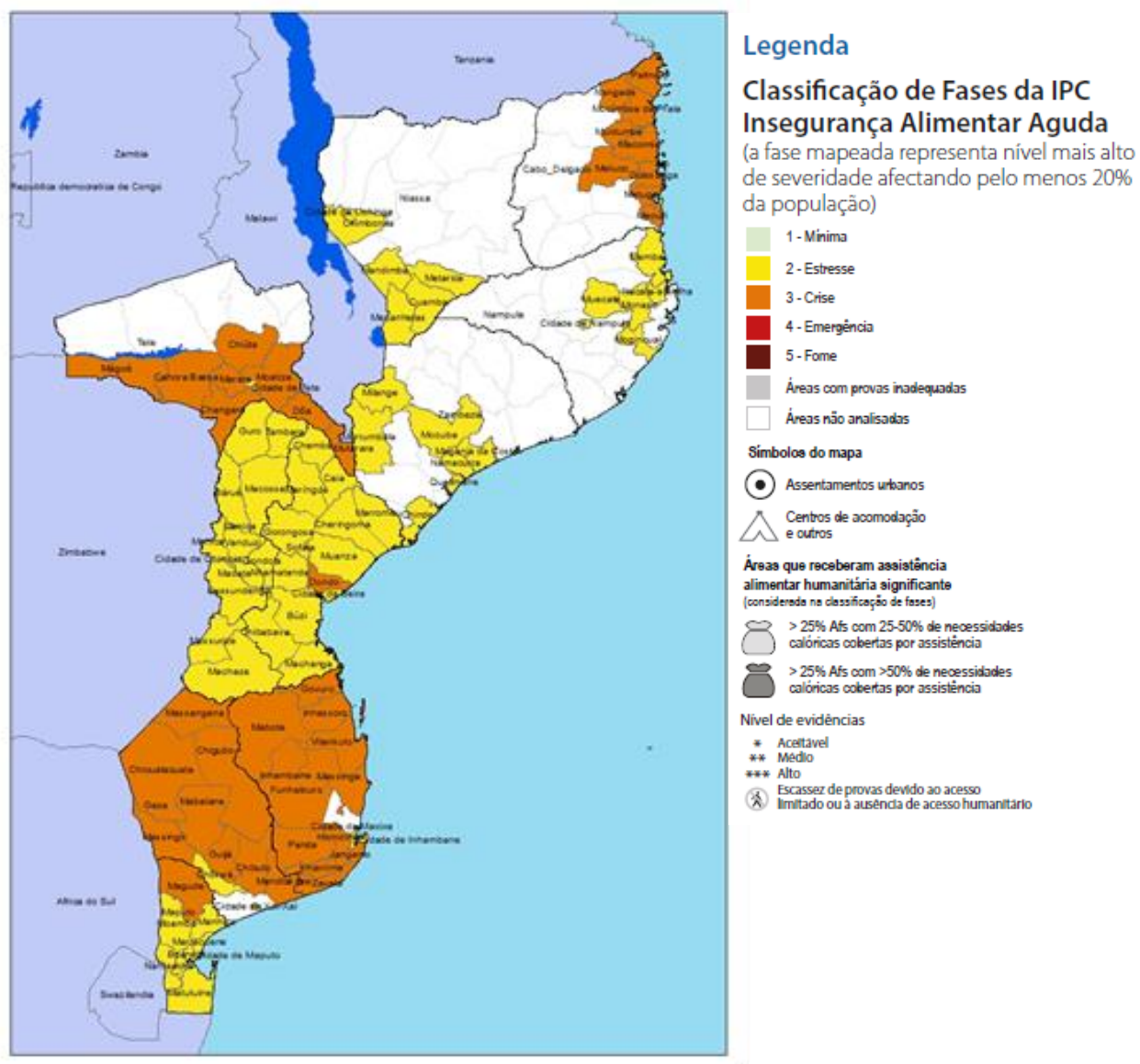
O maior aumento do número de pessoas em insegurança alimentar aguda de crise (IPC fase 3) nota-se na província de Cabo Delgado devido a intensificação do conflito armado e consecutivamente aumento de deslocados internos.

Tabela-5: Insegurança Alimentar primeira Projeção (Janeiro - Março 2021)	
Fase 5	000 000 Pessoas em Catastrofe
Fase 4	264,689 Pessoas em Emergencia
Fase 3	2,652,528 Pessoas em Crise
Fase 2	8,420,684 Pessoas em estresse
Fase 1	6,826,238 Pessoas em insegurança alimentar mínima

Tabela-6: População em Insegurança Alimentar Aguda para o período da primeira Projeção (Janeiro - Março 2021)

Provincia	Unidade de análise	Fase de Área	População total da área	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Fase 4		Fase 5		Fase 3 e superior	
				#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Cabo Delgado	Cabo Delgado (Conflito afetado)	3	341,836	34,184	10	153,826	45	119,643	35	34,184	10	-	-	153,827	45
	Cabo Delgado (Nao Afetado)	3	1,726,170	517,851	30	776,777	45	345,234	20	86,309	5	-	-	431,543	25
	Cidade de Pemba	3	200,529	50,132	25	70,185	35	60,159	30	20,053	10	-	-	80,212	40
	Total		2,268,535	602,167	27	1,000,788	44	525,035	23	140,545	6	-	-	665,580	29
Gaza	Chibuto	3	217,155	54,289	25	97,720	45	65,147	30	-	-	-	-	65,147	30
	Chókwè	2	217,019	65,106	30	119,360	55	32,553	15	-	-	-	-	32,553	15
	Cidade de Xai-Xai	2	141,963	42,589	30	78,080	55	21,294	15	-	-	-	-	21,294	15
	Gaza Prov	3	146,120	21,918	15	58,448	40	43,836	30	21,918	15	-	-	65,754	45
	Guijá	3	92,225	23,056	25	27,668	30	36,890	40	4,611	5	-	-	41,501	45
	Mandlakaze	3	137,068	27,414	20	61,681	45	41,120	30	6,853	5	-	-	47,973	35
	Total		951,550	234,371	25	442,956	47	240,840	25	33,383	4	-	-	274,223	29
Inhambane	Cidade de Inhambane	3	82,119	24,636	30	36,954	45	16,424	20	4,106	5	-	-	20,530	25
	Cidade de Maxixe	3	129,993	38,998	30	64,997	50	12,999	10	12,999	10	-	-	25,998	20
	Inhambane Prov	3	824,805	288,682	35	371,162	45	164,961	20	-	-	-	-	164,961	20
	Massingao	3	236,939	82,929	35	106,623	45	23,694	10	23,694	10	-	-	47,388	20
	Panda	3	43,968	10,992	25	13,190	30	13,190	30	6,595	15	-	-	19,785	45
	Total		1,317,824	446,236	34	592,925	45	231,268	18	47,394	4	-	-	278,662	22
Manica	Cidade de Chimoio	2	363,336	145,334	40	199,835	55	18,167	5	-	-	-	-	18,167	5
	Manica Prov	2	1,488,595	521,008	35	818,727	55	148,860	10	-	-	-	-	148,860	10
	Total		1,851,931	666,343	36	1,018,562	55	167,026	9	-	-	-	-	167,026	9
Maputo	Cidade de Matola	2	1,032,197	412,879	40	454,167	44	165,152	16	-	-	-	-	165,152	16
	Magude	3	62,297	12,459	20	24,919	40	24,919	40	-	-	-	-	24,919	40
	Maputo Prov	2	813,584	292,890	36	406,792	50	113,902	14	-	-	-	-	113,902	14
	Total		1,908,078	718,228	38	885,877	46	303,972	16	-	-	-	-	303,972	16
Maputo City	cidade de Maputo	2	1,080,277	248,464	23	648,166	60	183,647	17	-	-	-	-	183,647	17
	Total		1,080,277	248,464	23	648,166	60	183,647	17	-	-	-	-	183,647	17
Nampula	Cidade de Nampula	2	760,214	342,096	45	342,096	45	76,021	10	-	-	-	-	76,021	10
	Nampula Prov	2	1,076,456	484,405	45	538,228	50	53,823	5	-	-	-	-	53,823	5
	Total		1,836,670	826,502	45	880,324	48	129,844	7	-	-	-	-	129,844	7
Niassa	Cidade de Lichinga	2	242,204	108,992	45	108,992	45	24,220	10	-	-	-	-	24,220	10
	Niassa Prov	2	867,332	346,933	40	390,299	45	86,733	10	43,367	5	-	-	130,100	15
	Total		1,109,536	455,925	41	499,291	45	110,954	10	43,367	4	-	-	154,321	14
Sofala	Búzi	2	177,415	39,697	20	129,015	65	29,773	15	-	-	-	-	29,773	15
	Cidade de Beira	2	592,090	236,836	40	266,441	45	88,814	15	-	-	-	-	88,814	15
	Dondo	3	193,382	67,684	35	87,022	45	38,676	20	-	-	-	-	38,676	20
	Nhamatanda	2	279,081	97,678	35	139,541	50	41,862	15	-	-	-	-	41,862	15
	Sofala Prov	2	954,877	381,951	40	477,439	50	95,488	10	-	-	-	-	95,488	10
	Total		2,196,845	823,846	37	1,099,457	50	294,613	13	-	-	-	-	294,613	13
Tete	Cidade de Tete	2	307,338	122,935	40	153,669	50	30,734	10	-	-	-	-	30,734	10
	Tete Prov	3	1,031,460	618,876	60	206,292	20	206,292	20	-	-	-	-	206,292	20
	Total		1,338,798	741,811	55	359,961	27	237,026	18	-	-	-	-	237,026	18
Zambezia	Cidade de Quelimane	2	349,842	192,413	55	122,445	35	34,984	10	-	-	-	-	34,984	10
	Zambezia Prov	2	1,933,183	869,932	45	869,932	45	193,318	10	-	-	-	-	193,318	10
	Total		2,283,025	1,062,345	47	992,377	43	228,303	10	-	-	-	-	228,303	10
Total geral			18,143,069	6,826,238	38	8,420,684	46	2,652,528	15	264,689	1	-	-	2,917,217	16

Mapa-2: Período projectado da Insegurança Alimentar Aguda (Janeiro – Março 2021)



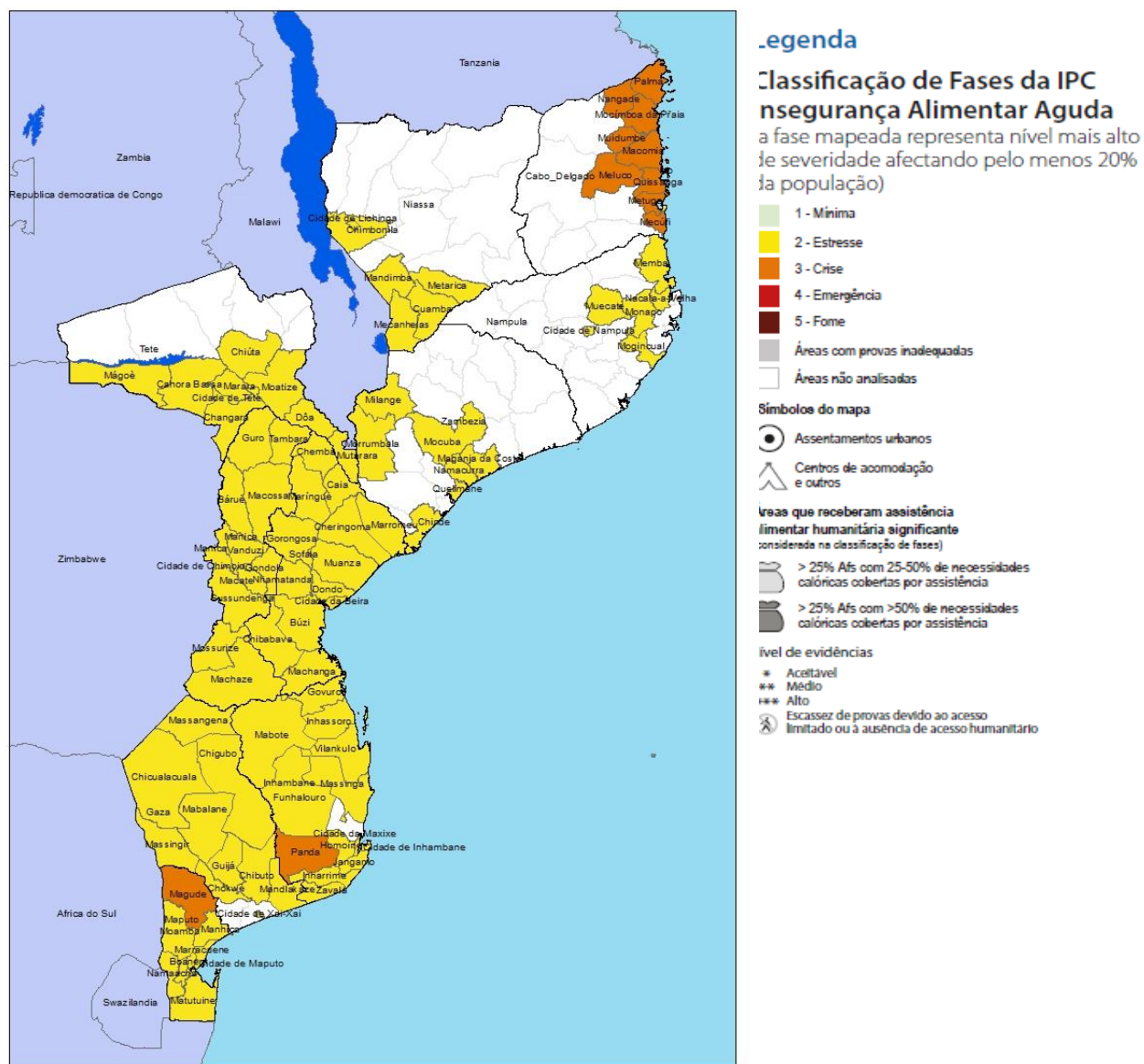
4.2.3 Situação Projectada de Insegurança Alimentar Aguda (Abril a Setembro 2021)

Durante o período de análise da segunda projeção (Abril a Setembro de 2021), correspondente ao período de colheita, a população total que enfrenta níveis de insegurança alimentar aguda (IPC Fase 3 ou superior) estima-se que reduza de 2,917,217 para 1,652,303 (9% da população analisada) até Setembro de 2021 com excepção da província de Cabo Delgado onde prevê-se que os números aumentem devido ao conflito armado, *(Tabela-7 e Mapa-3 a seguir)*.

Tabela-7: População em Insegurança Alimentar Aguda para o Período da segunda Projeção (Abril - Setembro 2021)

Provincia	Unidade de análise	Fase de Área	População total da área	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Fase 4		Fase 5		Fase 3 e superior	
				#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Cabo Delgado	Cabo Delgado (Conflito afetado)	3	341,836	34,184	10	136,734	40	136,734	40	34,184	10	-	-	170,918	50
	Cabo Delgado (Nao Afectado)	3	1,726,170	517,851	30	690,468	40	345,234	20	172,617	10	-	-	517,851	30
	Cidade de Pemba	3	200,529	40,106	20	80,212	40	60,159	30	20,053	10	-	-	80,212	40
	Total		2,268,535	592,140	26	907,414	40	542,127	24	226,854	10	-	-	768,981	34
Gaza	Chibuto	2	217,155	76,004	35	119,435	55	21,716	10	-	-	-	-	21,716	10
	Chókwè	2	217,019	93,482	40	116,853	50	23,371	10	-	-	-	-	23,371	10
	Cidade de Xai-Xai	2	141,963	56,785	40	70,982	50	14,196	10	-	-	-	-	14,196	10
	Gaza Prov	2	146,120	43,836	30	80,366	55	21,918	15	-	-	-	-	21,918	15
	Guijá	2	92,225	36,965	40	41,585	45	13,862	15	-	-	-	-	13,862	15
	Mandlakaze	2	137,068	54,827	40	68,534	50	13,707	10	-	-	-	-	13,707	10
	Total		951,550	355,150	37	489,328	51	107,072	11	-	-	-	-	107,072	11
Inhambane	Cidade de Inhambane	2	82,119	28,742	35	45,165	55	8,212	10	-	-	-	-	8,212	10
	Cidade de Maxixe	2	129,993	51,997	40	64,997	50	12,999	10	-	-	-	-	12,999	10
	Inhambane Prov	2	824,805	329,922	40	453,643	55	41,240	5	-	-	-	-	41,240	5
	Massinga	2	236,939	106,623	45	118,470	50	11,847	5	-	-	-	-	11,847	5
	Panda	3	43,968	10,992	25	19,786	45	13,190	30	-	-	-	-	13,190	30
	Total		1,317,824	528,275	40	702,060	53	87,489	7	-	-	-	-	87,489	7
Manica	Cidade de Chimoio	2	363,336	145,334	40	203,468	56	14,533	4	-	-	-	-	14,533	4
	Manica Prov	2	1,488,595	744,298	50	669,868	45	74,430	5	-	-	-	-	74,430	5
	Total		1,851,931	889,632	48	873,336	47	88,963	5	-	-	-	-	88,963	5
Maputo	Cidade de Matola	2	1,032,197	412,879	40	536,742	52	82,576	8	-	-	-	-	82,576	8
	Magude	3	62,297	18,689	30	24,919	40	18,689	30	-	-	-	-	18,689	30
	Maputo Prov	2	813,584	406,792	50	382,384	47	24,408	3	-	-	-	-	24,408	3
	Total		1,908,078	838,360	44	944,046	49	125,672	7	-	-	-	-	125,672	7
Maputo City	cidade de Maputo	2	1,080,277	432,111	40	540,139	50	108,028	10	-	-	-	-	108,028	10
	Total		1,080,277	432,111	40	540,139	50	108,028	10	-	-	-	-	108,028	10
Nampula	Cidade de Nampula	2	760,214	342,096	45	395,311	52	22,806	3	-	-	-	-	22,806	3
	Nampula Prov	2	1,076,456	904,654	80	169,623	15	56,541	5	-	-	-	-	56,541	5
	Total		1,836,670	1,203,261	66	556,780	30	76,629	4	-	-	-	-	76,629	4
Niassa	Cidade de Lichinga	2	242,204	108,992	45	121,102	50	12,110	5	-	-	-	-	12,110	5
	Niassa Prov	2	867,332	607,132	70	216,833	25	43,367	5	-	-	-	-	43,367	5
	Total		1,109,536	716,124	65	337,935	30	55,477	5	-	-	-	-	55,477	5
Sofala	Búzi	2	177,415	69,470	35	119,091	60	9,924	5	-	-	-	-	9,924	5
	Cidade de Beira	2	592,090	266,441	45	296,045	50	29,605	5	-	-	-	-	29,605	5
	Dondo	2	193,382	87,022	45	96,691	50	9,669	5	-	-	-	-	9,669	5
	Nhamatanda	2	279,081	139,541	50	125,586	45	13,954	5	-	-	-	-	13,954	5
	Sofala Prov	2	954,877	381,951	40	525,182	55	47,744	5	-	-	-	-	47,744	5
	Total		2,196,845	944,423	43	1,162,596	52	110,896	5	-	-	-	-	110,896	5
Tete	Cidade de Tete	2	307,338	122,935	40	169,036	55	15,367	5	-	-	-	-	15,367	5
	Tete Prov	2	1,031,460	464,157	45	515,730	50	51,573	5	-	-	-	-	51,573	5
	Total		1,338,798	587,092	44	684,766	51	66,940	5	-	-	-	-	66,940	5
Zambezia	Cidade de Quelimane	2	349,842	192,413	55	139,937	40	17,492	5	-	-	-	-	17,492	5
	Zambezia Prov	2	1,933,183	966,592	50	927,928	48	38,664	2	-	-	-	-	38,664	2
	Total		2,283,025	1,159,005	51	1,067,865	47	56,156	2	-	-	-	-	56,156	2
Total geral	Grand Total		18,143,069	8,245,573	45	8,266,265	46	1,425,449	8	226,854	1	-	-	1,652,303	9

Mapa-3: Período projectado da Insegurança Alimentar Aguda (Abril – Setembro 2021)



5. CONSTATAÇÕES

5.1 Área Rural

Os resultados da análise de IPC da presente avaliação, demonstram que mais pessoas do que nunca, estão caindo em uma situação de insegurança alimentar de crise (IPC Fase 3). A província de Cabo Delgado tem a maior percentagem de populações que enfrentam altos níveis de insegurança alimentar aguda, com mais de 25% de sua população no IPC Fase 3 ou 4.

Nas zonas urbanas, as cidades de Maputo, Matola e Beira têm o maior número de pessoas classificadas na Fase 3 ou 4 de IPC, com mais de quatrocentas mil pessoas em insegurança alimentar aguda de crise (IPC fase 3).

Os resultados desta avaliação mostram os efeitos combinados de choques múltiplos, como o conflito armado, a seca e o COVID-19 nas dimensões da segurança alimentar em nível nacional, incluindo: oportunidades de emprego reduzidas, renda reduzida, esgotamento de reservas alimentares e perda de emprego.

Em relação a fontes de rendimento, cerca de 35% dos agregados familiares na província de Maputo, 32% na província de Inhambane, 27% na província de Tete e 26% na província de Cabo Delgado perderam seus empregos devido aos efeitos das restrições impostas pela COVID-19.

A agricultura é a principal fonte de subsistência para o povo Moçambicano, especialmente nas áreas rurais, onde mais de 80% das famílias se dedica à agricultura de subsistência. De acordo com o mVAM 2020, cerca de 41% das famílias declararam que tinham reservas alimentares de cereais. No entanto, na província de Gaza apenas 11% dos agregados familiares referiu ter reservas de cereais em Setembro de 2020, na província de Maputo apenas 19% com reservas de cereais e na província de Inhambane com 24% de reservas de cereais.

Em relação a duração das reservas de cereais, cerca de 9% dos agregados familiares tinha reservas que iam durar menos de um mês, 18% dos agregados familiares tinha reservas que durariam entre um a três meses e 14% dos agregados familiares tinha reservas que duraria mais de 6 meses.

5.2 Zona Urbana

Pela primeira vez na história da análise de IPC em Moçambique, 12 principais cidades do país foram analisadas, para avaliar as vulnerabilidades específicas das famílias urbanas. Nas áreas urbanas, cerca de 769,773 pessoas (15%) enfrentam altos níveis de insegurança alimentar aguda (IPC Fase 3 ou superior), das quais 37,158 pessoas (2%) foram classificadas em Emergência (IPC Fase 4). Destas 12 cidades, a cidade de Pemba foi classificada em Crise (IPC Fase 3) e as restantes 11 cidades foram classificadas em situação de estresse IPC fase 2.

O número de pessoas em insegurança alimentar aguda elevada (IPC Fase 3 ou superior) deverá reduzir no segundo período projectado (Abril a Setembro de 2021) para 418,136 (7%) de pessoas, devido ao relaxamento gradual das restrições impostas pela COVID-19, redução dos preços dos alimentos durante a época das colheitas e aumento das oportunidades de renda com a retoma das

actividades do sector formal e informal. Enquanto, se o conflito armado continuar como no período actual, para a cidade de Pemba na província de Cabo Delgado o número de pessoas deslocadas em insegurança alimentar aguda poderá aumentar.

A cidade da Matola no período actual apresenta cerca de 45% de agregados familiares que perdeu alguma renda devido ao impacto da COVID-19, seguido das cidades de Maputo e Tete ambas com 37% e cidade da Beira com 36%.

Os meios de subsistência das famílias nas áreas urbanas são caracterizados por uma grande diversidade de opções para geração de renda. Portanto, um número cada vez maior de pessoas tem ficado sem suas fontes usuais de renda, optando por outras alternativas dependendo das competências e iniciativas individuais mais lucrativas ou viáveis no momento.

Quanto aos serviços formais e especializados tais como: área do turismo, hotelaria, restauração e outros, as opções variam consoante a dinâmica do negócio, havendo casos de suspensão temporária de contratos, redução da jornada de trabalho com redução salarial, férias colectivas ou ainda, a rescisão do contrato de trabalho de acordo com as disposições da legislação laboral. Contudo, a maioria dos agregados familiares suspensos do emprego ou sem emprego, estão fazendo uso de suas habilidades profissionais em trabalhos informais.

O principal sector informal afectado é a venda de bebidas alcoólicas em barracas que ficam em diferentes pontos das cidades. No entanto, nessas barracas passaram a comercializar outros itens, que não sejam bebidas alcoólicas, o que acaba reduzindo a margem de lucro.

A maioria dos vendedores ambulantes foi redireccionada para os diversos mercados que estavam vazios e, em outros casos, novos mercados foram criados para dar continuidade ao seu negócio (processo contínuo que faz parte da reorganização das vendas informais). Enquanto alguns desses vendedores ambulantes estão se adaptando às novas condições nos novos locais, outros relutam em permanecer nos novos mercados designados e voltam às ruas novamente, desobedecendo as orientações das autoridades municipais.

Entretanto, as famílias de baixa renda e com poucas alternativas de sustento, contam com a solidariedade de parentes ou amigos. O relaxamento gradual das medidas de prevenção da COVID-19, embora ainda não tenha um impacto expressivo sobre os meios de subsistência das pessoas afectadas, está criando algumas oportunidades de pequenos negócios.

Neste contexto, a maioria das opções de geração de renda, inclui a diversificação de pequenos negócios, incluindo a compra e revenda de vários itens, limpeza de carros, proprietários e/ou zeladores de automóveis, etc.

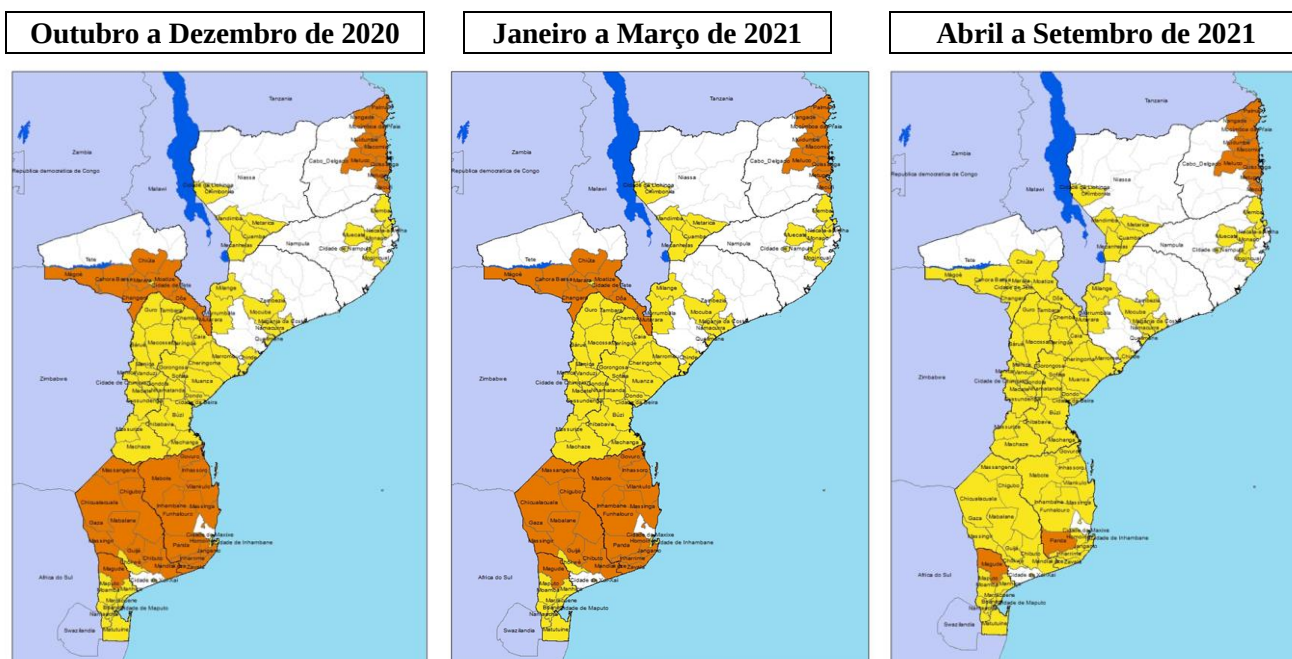
As famílias de baixa renda (que não estão cobertos por programas de assistência social), são mais vulneráveis aos impactos das medidas relacionadas ao COVID-19 e participam de qualquer uma das opções acima referidas, enfrentando deficiências alimentares, mas a percentagem não ultrapassa 20% do total da população urbana, excepto a cidade de Pemba.

Em geral, a **Tabela-8 e o Mapa-4** abaixo, apresentam o número de pessoas e áreas em Situação de Insegurança Alimentar Aguda no País, nos períodos actual e projectada.

Tabela-8: Número de Pessoas em Insegurança Alimentar Aguda no período de Outubro a Dezembro de 2020 e Projectão para 2021

Províncias	Actual (Out. a Dez. 2020)	Projeção 1 (Jan a Março 2021)	Projeção 2 (Abril a Set 2021)
Cabo Delgado	579,272	665,580	768,981
Gaza	274,223	274,223	107,072
Inhambane	278,663	278,662	87,489
Manica	167,026	167,026	88,963
Maputo	271,429	303,972	125,672
Maputo Cidade	183,647	183,647	108,028
Nampula	129,844	129,844	76,629
Niassa	154,321	154,321	55,477
Sofala	270,989	294,613	110,896
Tete	237,026	237,026	66,940
Zambezia	131,643	228,303	56,156
Total	2,678,083	2,917,217	1,652,303

Mapa-4: Situação de Insegurança Alimentar Aguda de Outubro de 2020 a Setembro de 2021



6. CONCLUSÃO

- No período actual de **Outubro a Dezembro de 2020**, cerca de **2,678,000** pessoas se encontram em situação de insegurança alimentar aguda necessitando de assistência humanitária diversa para cobrir o défice no consumo alimentar em termos de quantidade e qualidade dos alimentos consumidos, contra as **1.994.538** pessoas no ano passado, correspondendo a um aumento de 34%;
- No primeiro período de projecção, **Janeiro a Março de 2021** (pico da época da escassez), estima-se que o número de pessoas em Insegurança Alimentar aguda aumente para **2.917.200** pessoas;
- No segundo período de projecção, **Abril a Setembro de 2021** (período das colheitas), espera-se que o número de pessoas em insegurança alimentar aguda diminua para **1.652.300** pessoas;
- Nas áreas urbanas o consumo alimentar é ligeiramente melhor em relação as áreas rurais com cerca de 69% dos AFs com consumo alimentar aceitável ou adequado, contrariamente a 62% da área rural;
- Relativamente ao consumo alimentar moderado, as zonas urbanas apresentam uma percentagem menor (27%) contra os 31% na zona rural;
- Quanto ao consumo alimentar pobre ou inadequado as zonas urbanas apresentam uma percentagem menor (4%) contra 7% da zona rural;
- Nas áreas urbanas, a percentagem de agregados familiares que perderam alguma fonte de rendimento devido aos impactos da COVID-19 é maior com cerca de 33% em relação as zonas rurais que apresentam 24%.
- As principais causas da insegurança alimentar aguda são: seca no sul e centro do País; conflito armado no norte e centro e efeitos dos impactos da COVID-19 sobretudo nas áreas urbanas;
- Em relação ao período de **Janeiro a Março 2021**, prevê se ainda outras causas do aumento do número de pessoas em Insegurança Alimentar Aguda, tais como cheias ou inundações;
- O conflito armado em Cabo Delgado é a causa principal do rápido aumento do número de deslocados para a Cidade de Pemba e distritos do sul de Cabo Delgado, assim como para os distritos e capitais de Nampula, Niassa, Zambézia, Sofala e Manica.

7. LIMITAÇÕES DA ANÁLISE

- A não participação de analistas no processo de recolha de dados presencial, dificultou a confirmação dos resultados da monitoria remota e sua análise;
- Analistas e autoridades provinciais consultadas, consideram que os resultados da monitoria remota (mVAM), foram mais severos que a informação que têm no terreno, por isso houve forte tendência e mais confiança de usar mais informações qualitativas e observações do que os resultados da monitoria remota;
- Corte e oscilação da rede de Internet que impedia participação continua dos analistas durante as sessões de análise.

8. RECOMENDAÇÕES

- Necessidade de providenciar assistência humanitária imediata, nas áreas onde foram identificadas pessoas em fase 3 e 4 para reduzir o défice no consumo alimentar, garantir melhores condições de água e saneamento do meio, habitação e protecção da COVID-19 para fortalecer as formas de vida dos agregados familiares;
- Necessidade de identificar e distribuir áreas de produção e insumos agrícolas;
- Monitoria permanente da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Aguda a nível das províncias e distritos mais vulneráveis;
- Promover acções preventivas contra a deterioração da situação nutricional e elevação do risco de morbilidade devido à desnutrição aguda, nas áreas mais críticas como as afectadas pelo conflito e classificadas em fases 3 e 4 de IPC;
- Necessidade de realizar uma Avaliação de Segurança Alimentar Aguda presencial para aferir os resultados apresentados e incluir o módulo de nutrição.

ANEXOS

Anexo1: Questionário AVASAN Remota 2020 - mVAM Segurança Alimentar

Bom dia/ Boa tarde Sr.(a), chamo-me #OPERADOR# e ligo a partir da Agência de Chamadas GeoPoll que se encontra actualmente a realizar uma pesquisa sobre o consumo de alimentos e estratégias de sobrevivência das famílias moçambicanas. A sua participação é voluntária e o seu número foi selecionado ao acaso, garantimos que todas as informações serão estritamente mantidas em sigilo e usadas apenas para os fins da pesquisa. No fim da entrevista o Sr.(a) receberá um #BÓNUS#! Em forma de crédito como incentivo pela participação da pesquisa.

1. (A) Sr.(a) está interessado em participar desta pesquisa, agora ou em outra ocasião?

☐ Agora ☐ Do momento não - mas em outra altura durante a semana ☐ Não estou interessado

2. Qual seria a melhor altura para retornar a chamada?

3. Quantos anos o(a) Sr.(a) tem? [OPERADOR: GRAVE A IDADE EM ANOS - ARREDONDAR PARA O NÚMERO MAIS PRÓXIMO. SE O RESPONDENTE DER O ANO DE NASCIMENTO, REPITA A PERGUNTA. INSIRA 00 para NÃO SABE]

4. O Sr.(a) tem morado com a sua família nos últimos 7 dias?

☐ Sim ☐ Não

SECÇÃO 0 - IDENTIFICAÇÃO

1. Em que PROVÍNCIA o seu agregado familiar vive actualmente? *OPERADOR: NÃO LEIA AS OPÇÕES.

☐ Niassa ☐ Cabo

Delgado ☐ Nampula ☐ Zambézia ☐ Tete ☐ Manica ☐ Sofala ☐ Inhambane ☐ Gaza ☐ Maputo Província ☐ Maputo Cidade

2. Em que DISTRITO o seu agregado familiar vive actualmente? *OPERADOR: NÃO LEIA AS OPÇÕES.

3. Qual é o sexo do respondente? *OPERADOR: ESCUTE A VOZ E VERIFIQUE AS OPÇÕES SE O RESPONDENTE É MASCULINO OU FEMININO

☐ Masculino ☐ Feminino

SECÇÃO A - FONTE DE RENDIMENTO

1. Qual é a principal fonte de rendimento para sustentar o seu Agregado Familiar? *Deixar o entrevistado indicar a fonte

☐ Produção e venda de culturas e animais/apicultura ☐ Trabalha por conta própria (processamento - comércio - serviços - actividade informal - biscate) ☐ Assistência alimentar ☐ Ganho-ganho na agricultura ☐ Pesca e aquacultura ☐ Remessas / ajuda ☐ Salário, pensões, remessas

2. Qual é a segunda principal fonte de rendimento para sustentar o seu Agregado Familiar? *
Deixar o entrevistado indicar a fonte

☐ Produção e venda de culturas e animais/apicultura ☐ Trabalha por conta própria (processamento - comércio - serviços - actividade informal - biscate) ☐ Assistência alimentar ☐ Ganho-ganho na agricultura ☐ Pesca e aquacultura ☐ Remessas / ajuda ☐ Salário, pensões, remessas

3. Algum membro do seu AF perdeu emprego ou deixou de ganhar dinheiro em biscates desde Março por causa do COVID 19*

☐ Sim, 1 - 3 membros ☐ Sim, 4 - 6 membros ☐ Não

4. Seu AF recebe mensalmente valores de familiares e/ou amigos até hoje? *

☐ Sim recebe ☐ Sim mas passei a receber menos desde Março ☐ Sim, recebia mas deixei de receber a partir de Março ☐ Não, nunca recebi

5. Seu AF envia mensalmente valores a familiares? *

☐ Sim ☐ Sim, mas envia menos desde Março ☐ Sim mas deixou de enviar desde Março ☐ Não, nunca enviou.

6. Que percentagem de rendimento você costuma gastar na compra de alimentos? *

☐ 0% - 25% ☐ 26 % - 50% ☐ 51 % - 75% ☐ 76 % - 100%.

SECÇÃO B - RESERVAS ALIMENTARES

1. Tem reservas de milho no seu agregado familiar? *

☐ Sim ☐ Não

SECÇÃO C - DEMOGRAFIA

1. O(A) Senhor(a) é o(a) chefe do agregado familiar? * Agregado familiar: pessoas que comem da mesma panela nos últimos 6 meses. O chefe do agregado familiar é a pessoa que toma a maioria das decisões e geralmente é o principal ganha-pão da família

☐ Sim ☐ Não

2. O chefe do agregado familiar é do sexo masculino ou feminino? * Agregado familiar: pessoas que comem da mesma panela nos últimos 6 meses. O chefe do agregado familiar é a pessoa que toma a maioria das decisões e geralmente é o principal ganha-pão da família

☐ Masculino ☐ Feminino

3. Que idade tem o chefe do agregado familiar? * GRAVE A IDADE EM ANOS - ARREDONDAR PARA O NÚMERO MAIS PRÓXIMO. SE O RESPONDENTE DER O ANO DE NASCIMENTO, REPITA A PERGUNTA. INSIRA 00 para NÃO SABE]
4. Qual é a sua relação com o(a) chefe do agregado familiar? *
☐ Esposo[a]/Parceiro[a] ☐ Filho/Filha ☐ Outro parente
5. Quantas pessoas vivem permanentemente no seu agregado familiar (nos últimos 30 dias)? * Desde Março, quantos membros que viviam noutros locais voltaram e estão a viver no seu AF por causa do COVID 19? *
☐ 0 ☐ 1 a 3 ☐ 4 a 6 ☐ Mais que 6
6. Se recebeu familiares e amigos, quantos vieram da Africa do Sul? *
☐ 0 ☐ 1 a 3 ☐ 4 a 6 ☐ Mais que 6

SECÇÃO D - CONSUMO ALIMENTAR DO AGREGADO FAMILIAR

Agora, gostaria de fazer perguntas sobre os alimentos e bebidas que o seu agregado familiar comeu ou bebeu nos últimos 7 dias durante o dia e à noite (matabicho, almoço, jantar, lanches)

1. Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu agregado familiar consumiu milho, arroz, mexoeira, mapira, trigo, macarrão/ massa (espagete), pão, batata doce branca, batata reno, inhame, mandioca ou outros cereais e raízes/ tubérculos? * Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu agregado familiar consumiu: feijão, ervilha, amendoim, castanha de caju, amêndoa, sementes de girassol ou outros grãos, nozes e sementes? *
2. Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu agregado familiar consumiu um leite (em pó ou fresco) ou outros produtos feitos com leite (como iogurte, queijo, leite condensado)? * Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu agregado familiar consumiu CARNE (como carne de cabra, bife, frango, carne de caça, fígado, rim, coração, intestino, dobrada), PEIXES e MARISCOS (camarão, lula, polvo, amêijoas etc.) e OVOS? *
3. Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu agregado familiar consumiu legumes e / ou verduras (como cenoura, pimento laranja ou encarnado, abóbora, batata doce de polpa alaranjada, espinafre, agrião, outras folhas verdes escuras, cebola, tomate, alho, pimenta verde, quiabo)? *
4. Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu agregado familiar comeu frutas como: (banana, maçã, limão, goiaba, ata, manga, papaia, tangerina, laranja, outros frutos da época)? *
5. Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu agregado familiar consumiu: Óleo/gordura como (óleo de cozinha, manteiga, margarina, outras gorduras/óleo, coco, leite de coco,)? *

6. Nos últimos 7 dias, quantos dias o seu agregado familiar comeu ou consumiu: Açúcar ou produtos açucarados como (mel, jam, rebuçados, biscoitos, doces, bolos e/ ou outros produtos açucarados)? *

SECÇÃO E - ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA REFERENTES AO CONSUMO ALIMENTAR NOS ÚLTIMOS 7 E 30 DIAS

Agora, farei perguntas sobre o número de dias, nos últimos sete dias, em que o seu agregado familiar pode ter usado algumas das estratégias/mecanismos a seguir para resolver a falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida.

1. Nos últimos 7 dias, quantas vezes (em número de dias) o seu AF teve que adotar as seguintes estratégias por não ter comida suficiente ou dinheiro para comprá-la?
1. Recorrer a alimentos menos caros ou menos preferidos*
 2. Pedir emprestado alimentos/ajuda de amigos/familiares*
 3. Diminuir quantidades nas refeições*
 4. Reduzir o consumo de adultos para as crianças comerem*
 5. Reduzir o número de refeições consumidas por dia*

Agora, farei perguntas sobre algumas das estratégias/mecanismos que o seu agregado familiar pode ter usado durante os últimos 30 dias para resolver a falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida.

2. Nos últimos 30 dias, teve alguém no seu agregado familiar que teve de adoptar as seguintes estratégias por falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida?

1. Vender bens domésticos: radio, TV, geleira, moveis, etc.? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

2. Vender bens produtivos: Ferramentas de trabalho agrícola e não agrícola? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

3. Alugar/Vender terreno ou casa? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

4. Pedir dinheiro emprestado? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

5. Gastar as reservas ou economias? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

6. Tirar as crianças da escola? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

7. Consumir sementes? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

8. Pedir esmola? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

9. Pedir comida emprestado ou comprar comida a crédito? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

10. Vender últimos animais fêmeas? *

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

11. Reduzir despesas não alimentares na saúde e educação*

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

12. Vender mais animais do que o normal*

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

13. Colher culturas verdes ainda em campo*

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

14. Aumento do consumo de alimentos silvestres*

☐ Sim ☐ Não - porque não tivemos falta de comida ou falta de dinheiro para comprar comida ☐ Não - porque ainda não foi necessário usar este mecanismo ☐ Não - porque já vendi este bem ou fiz esta actividade nos últimos 12 meses ☐ Não aplicável

SECÇÃO F - ÁGUA E SANEAMENTO

1. Qual é a principal fonte de água usada actualmente para beber? *

☐ Água canalizada (ligações domiciliárias; fontanários públicos) ☐ Poço protegido ☐ Poço não protegido ☐ Furo com bomba manual ☐ Água da chuva ☐ Rio / riacho/lago/lagoa ☐ Charco ☐ Nascente ☐ Camião cisterna ☐ Caleira cisterna ☐ Água engarrafada/mineral

SECÇÃO G - CHOQUES

1. O seu agregado familiar sofreu algum choque desde Janeiro deste Ano? *

☐ Sim ☐ Não

SECÇÃO H: ASSISTÊNCIA ALIMENTAR

1. O seu AF recebeu assistência alimentar nos últimos 30 dias? *

☐ Sim ☐ Não

SECÇÃO I: ESCALA DE FOME (HHS)

1. Nos últimos 30 dias houve falta de comida no seu AF devido a falta de recursos para adquirir comida? *

☐ Sim ☐ Não

2. Nos últimos 30 dias, você ou algum membro do seu AF dormiu com fome/sem comer por falta de comida? *

☐ Sim ☐ Não

3. Nos últimos 30 dias, você ou algum membro do seu AF ficou todo o dia e noite sem comer nada por falta de comida suficiente? *

☐ Sim ☐ Não

A entrevista chegou ao fim e o Sr.(a) receberá uma recarga de 20 meticais dentro de dias para este numero de telefone por ter colaborado dando entrevista completa.

As suas respostas vão ajudar-nos a compreender às necessidades da sua comunidade. Podemos ligar para você novamente num futuro próximo? Selecione o idioma que foi mais usado para fazer a entrevista.

☐ Inglês ☐ Português ☐ Nhungwe ☐ Changana ☐ Nianja ☐ Sena ☐ Emacua

Anexo2: Lista de Participantes na análise de Dados em IPC

Name	Instituição	Email
Instituições do Governo		
Antonio Pacheco Dias Lima	SETSAN C	pachecoleo69@yahoo.com.br
José João Vilanculo	SETSAN C	vilanculo4@gmail.com
Big Office Quizeiasse	SETSAN C	bigofice45@gmail.com
Fernanda Simbine	SETSAN C	fernandasimbine@hotmail.com
Vlademiro José Fo	SETSAN C	vlademirof@yahoo.com
Agnaldo Cambaza	SETSAN C	agcambaza@gmail.com
Perpetuo Maculuve	MADER	pejomaculuve@gmail.com
Sisenando Marcelino	INGC	msisenando@gmail.com
Cátia Aires Rocha Namagina	DPAP Cidade Maputo	c.atiaires010@gmail.com
Abiba Adamo Bacar Manuel	DPAP Cidade Maputo	abibaisaias@yahoo.com.br
Cátia Aires Rocha Namagina	DPAP Cidade Maputo	c.atiaires010@gmail.com
Reamina José Maria da Silva	DPAP Cidade Maputo	reamina.cardoso@gmail.com
Geraldo Terenciano	DPAP Cidade Maputo	geraldoterenciano@gmail.com
Lizete António Magaia	DPAP Cidade Maputo	lztmagaia@gmail.com
Arsénio Chembene	DPAP Cidade Maputo	mr.chembene@gmail.com
Rute Malate	DPAP Cidade Maputo	malaterute@gmail.com
Selso Macave	DPAP Cidade Maputo	selsongalle@gmail.com
Rogério Alifa Maliana	DPAP Cidade Maputo	rogeriomaliana@gmail.com
Enoque Celeste	DPAP Cidade Maputo	Macandza2010@gmail.com
Francisco Nguenha	DPAP Map. Província	chiconguenha@yahoo.com.br
Clemencia Jaime	DPAP – Gaza	clemchite@yahoo.com.br
Bernardo Matavele	DPAP – Gaza	bernardomatavele@gmail.com
Abdul Macave	SDAE – Manjacaze	macaveabdulbenilde@gmail.com
Valdemiro Banze	SDAE - Guijá	valdmirobanze@gmail.com
Augusto Massalonga	DPAD – Inhambane	amassolonga@gmail.com
Elton Amadeus Francisco	DPAP – Inhambane	aelton.francisco@gmail.com
Antonio Quimbine	SPAE – Inhambane	antonioqmatrinhe@gmail.com
Bertao Ulisses	SDAE – Panda	bertaoulisses@yahoo.com.br
Judas Salvador	SDAE – Massinga	judassalvador@yahoo.com.br
Gizela Brito	DPAP – Tete	gisellabrito11@gmail.com
Aderito Taminho	SDAE – Mutarara	neymaraderito@gmail.com
Cosme Mandu	DPAP – Manica	comandu2006@yahoo.com.br
Isabel Oliveira	DPAP – Zambézia	airosopai@gmail.com
Chaquil Manuel Gaspar	DPAP – Zambézia	chaquilmanuelgaspar@gmail.com
Adassane Chidimbue	DPAP – Sofala	adassanealda@gmail.com
Adercia Naene	DPAP – Sofala	naedercia@gmail.com
Felicio Sine	SPAE – Cabo Delgado	feliciosine@gmail.com
Avelino Silverio	SPAE – Cabo Delgado	avelinosilverio@yahoo.com.br
Isilda Combo	DPAP – Niassa	comboisilda@gmail.com
Felizmino Chicovela	SPAE – Nampula	chicovelap@gmail.com
Aiupa Abudo	DPAP – Nampula	aiupabudo@gmail.com

Parceiros		
Marcia de H. Penicela	ActionAid	Marcia.Penicela@actionaid.org;
Sergio Regi	IPC ESA-OER	Sergio.Regis@fao.org
Joysee Rodrigues	IPC JRC EC	joysee.rod@gmail.com
Manuel Veiga Lopez	IPC ESA-OER	Manuel.VeigaLopez@fao.org
Paulo Nforneh	IPC ESA-OER	paul.nforneh@fao.org
Arguello Jerry	IPC FAO-SV	jerry.arguello@fao.org
Maledje António	ActionAid	Maledje.Condze@actionaid.org;
Manuel David Lumbela	ADRA	mlumbela@adramozambique.org;
Rosita Chilundo	ADRA	rositachilundo28@gmail.com
Salomão Antonio Tembe	SCI/COSACA	Salomao.tembe@savethechildren.org
Angelo Pontes	World Vision	angelo_pontes@wvi.org
Adelaide Ganhane	World Vision	adelaide_ganhane@wvi.org
Joseph Oneka	FSC	Joseph.Oneka@wfp.org;
Dino Buene	Fews Net	dbuene@fews.net
Lara Carilho	WFP	lara.carrilho@wfp.org
Domingos Reane	WFP	domingos.reane@wfp.org
Felicidade Panguene	FAO	felicidade.panguene@fao.org